

RELATÓRIO
ANUAL
2020



ÍNDICE



1

Mensagens institucionais 03



2

Instituto Clima e Sociedade: Missão e responsabilidade 07

BREVE HISTÓRICO 08

PANORAMA DOS PORTFÓLIOS DE TRABALHO 08

PANDEMIA 10



3

Cinco anos em retrospectiva: Momentos marcantes da história do iCS, no contexto desafiador da trajetória recente do Brasil e do mundo 11

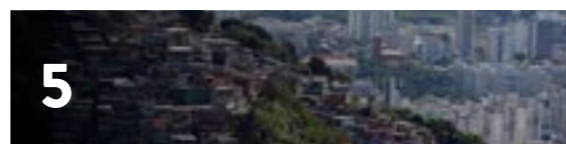


4

Sobre Relatório Anual 2020
Informação e transparência na relação com a sociedade 17

TRILHA E ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO 18

PARA COMPREENDER OS PASSOS DADOS 19



5

2020: Resiliência e Conquistas 20

DESTAQUES DO ANO DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS ESPECIAIS 21

RESULTADOS E IMPACTOS MAPEADOS EM 2020 23

PLANETA / AMBIENTE 25

SOCIEDADE / PESSOAS 30

GEOPOLÍTICA GLOBAL / ECONOMIA 34



6

Boas histórias de parceria 41

PARCEIROS 43

FINANCIADORES 45

EQUIPE iCS 47



7

Desafios dos próximos anos 49



8

Números que refletem a ação do iCS em 2020 51

EVOLUÇÃO DE PARCERIAS 53



Para ser parte da mudança 54

1

Mensagens
institucionais



RESISTIR PARA AVANÇAR

Ana Toni, Diretora Executiva do iCS



Passado o ano de eclosão da pandemia da Covid-19, seguimos no drama da propagação ainda descontrolada da doença, o que nos mantém, especialmente no Brasil, em estado de constante sobressalto e atenção. O país perdeu milhares de seus cidadãos e, de forma não menos preocupante, vê seu cotidiano fortemente atingido por uma polarização política fabricada, diversionista e prejudicial para o foco na proteção dos brasileiros.

Trata-se de um cenário que não só tem levado à perda de muitas vidas, mas que, também, entre outros reflexos, compromete fortemente a reputação do Brasil diante da comunidade internacional. Quando o assunto é a agenda do clima, a situação não é diferente. Em vez de nos concentrarmos em usufruir das oportunidades da agenda global pela sustentabilidade e as novas ondas do ESG, somos obrigados a dirigir nossos esforços para a resistência ao desmonte da agenda socioambiental.

O desmatamento incontrolável e impune, o enfraquecimento das normas ambientais, a desvalorização da ciência e a perseguição dos ativistas ambientais e das populações tradicionais são temas que têm dominado a agenda nacional e internacional. Apesar de o Brasil seguir no Acordo de Paris, a proposta de uma “nova” primeira NDC, é vista pela comunidade climática como uma tática de minar as regras de progressividade do tratado. Assim como ocorre no contexto da pandemia, o sentimento que predomina em relação à gestão ambiental é o de frustração no que se refere ao trato do interesse público e ao direito da sociedade.

Diante deste quadro, vimos ser testada, de forma inédita, tanto a resiliência da sociedade brasileira como a capacidade de adaptação do iCS para dar continuidade o trabalho filantrópico, mesmo em meio a tamanha adversidade. Felizmente, tem sido possível comprovar que o nível de maturidade já alcançado pelo Instituto o torna apto a contornar obstáculos, a redefinir estratégias e a prosseguir consistentemente com sua atuação em favor das causas do combate às mudanças climáticas e da defesa da justiça social no Brasil.

2020 foi um ano em que celebramos um aumento significativo no número de donatários, de financiadores e, principalmente, de parcerias com representantes e instituições do setor privado, governos subnacionais e movimentos sociais. Gostaria de imaginar que tal crescimento não só é um reconhecimento na construção coletiva desta plataforma de relações que o iCS contribuiu para edificar, mas que representa igualmente uma afirmação do desejo da sociedade brasileira em seguirmos juntos, trabalhando nesta importante agenda do clima. Em nome da equipe do iCS, agradeço muito a parceria e a confiança de todos.





Nos atuais portfólios do Instituto, há uma série de importantes projetos que têm gerado impactos significativos. Não resta dúvida que muitos deles seriam passíveis de destaque nesta pequena introdução. Entretanto, neste momento de tanta polarização, gostaria de dar destaque às diversas redes e coalizões que vem promovendo o diálogo qualificado na construção de soluções, como por exemplo a Plataforma Nacional de Mobilidade Elétrica (PNME), que agrega mais de 30 instituições da indústria, poder público, sociedade civil e academia; e o Convergência pelo Brasil, reunindo ex-ministros da Fazenda e ex-presidentes do Banco Central.

Somam-se a elas a Aliança pela Ação Climática, que tem a missão de mobilizar os diversos atores da sociedade pela retomada do protagonismo brasileiro na ação climática; a Plataforma Subnacional para o Clima, um portal que vai reunir serviços estratégicos e informações para os atores subnacionais governamentais na agenda climática; o MapBiomas, projeto de mapeamento anual do uso e cobertura da terra no Brasil; a Concertação pela Amazônia, rede

de lideranças dedicada ao desafio de fazer com que a atratividade econômica de se manter a floresta em pé supere os ganhos do desmatamento; a Coalização Clima, Florestas e Agricultura, articulação multissetorial brasileira, formada por mais de 290 integrantes, com a missão de influenciar a criação de políticas públicas e incentivos econômicos voltados para o uso sustentável da terra; o Observatório do Clima, coalizão de organizações da sociedade civil criada para discutir mudanças climáticas; a Rede de Investidores pelo Clima, que engaja e capacita investidores profissionais locais para que avancem na agenda da descarbonização; a Coalizão Respirar, grupo de entidades da sociedade civil que trabalha pela qualidade do ar; e o Painel E+ pela Transição Energética, conselho consultivo do Instituto E+, que reúne especialistas que identificam e debatem as questões fundamentais da transição energética, entre outras iniciativas. É um privilégio para o iCS poder contribuir e participar dessas redes que ilustram o esforço coletivo da sociedade brasileira no enfrentamento do combate às mudanças climáticas de uma forma estrutural e efetiva.

Tendo em vista os recentes danos impostos à Amazônia e aos povos indígenas gostaria também de sublinhar o engajamento cada vez maior de diversas organizações da sociedade civil no esforço da litigância climática, entendida principalmente como um mecanismo de defesa das causas socioambientais. Em 2020, a mudança do clima foi, pela primeira vez, tratada no Supremo Tribunal Federal (STF), em ações que envolveram, por exemplo, o Fundo Amazônia, o Fundo Clima, e o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm).

Ainda sob a ótica da Amazônia, o iCS apoiou uma importante iniciativa denominada “Amazônia Urbana”, focada na identificação de atores que possam promover a agenda do socioambiental e climática no suporte a melhorias para as populações urbanas.

Em 2022, Brasil terá eleições e, independentemente dos candidatos que se habilitarão para essa jornada, este será um momento fundamental de escolha da sociedade brasileira, sobre os rumos de nossa democracia, assim como sobre as propostas de desenvolvimento econômico e social que o Brasil pretende seguir nos próximos anos. Para a agenda climática e socioambiental, a próxima eleição representará mais do que a es-

colha de um mandatário pelos próximos quatro anos, uma vez que ela pode definir o destino da floresta amazônica e a possibilidade de o Brasil se recolocar na geopolítica global como uma potência ambiental, exercendo seu papel protagonista de soberania verde e usufruindo das oportunidades socioeconômicas que um mundo de baixo carbono nos apresenta.

O iCS se vê na responsabilidade de, junto com seus parceiros, estar preparado para sugerir, cobrar e monitorar as propostas e ações dos futuros candidatos, e engajar a sociedade em processos de diálogo e mobilização que contribuam para a escolha de Brasil mais sustentável ambientalmente, justo e democrático.



RESILIÊNCIA COM PERSISTÊNCIA, TRAJETÓRIA COM PROPÓSITO

Ana Yang, Presidente do Conselho Deliberativo do iCS



Não há como negar que encerramos 2020 ainda sob os impactos da crise sanitária que abalou o mundo de forma sem precedentes na história recente e que continua ceifando milhares de vidas, obrigando-nos a rever valores e crenças, redefinir prioridades e práticas. Da pandemia da Covid-19 à crise climática, da extrema desigualdade econômica ao racismo estrutural, o mundo passa por emergências que, mesmo parecendo díspares, estão profundamente interconectadas.

E é neste momento em que fragilidades de toda ordem estão reveladas que devemos nos manter atentos para aproveitar a rara oportunidade de redefinir estratégias para promover o futuro hoje, a partir de uma perspectiva mais respeitosa em relação ao planeta, e também mais justa e igualitária. Repensar o cotidiano e refletir sobre o mundo que queremos garantir para as próximas gerações é uma missão que foi atualizada diante da crise global e representa tarefa obrigatória que devemos cumprir com responsabilidade.

Aproximar soluções de baixo carbono e de sustentabilidade ao cotidiano das pessoas, trazer para a ordem do dia as discussões sobre a saúde da humanidade e também do planeta: tais temáticas precisam alcançar expressão prática de forma urgente.

A boa notícia em meio a este cenário é que a fundamental união e a proatividade do terceiro setor não foram arrefecidas. Como mostra a própria evolução do iCS, em seus cinco primeiros anos de existência, sua curva de crescimento – tanto em parcerias quanto em capilaridade de projetos, tanto em sua rede de financiadores quanto nos montantes doados em prol da agenda climática – segue trajetória ascendente e renova as esperanças na força de sua missão filantrópica estratégica.

Nós, do Conselho do iCS, estamos cientes do trabalho redobrado que o Instituto tem à frente em tudo o que se refere à agenda que visa fortalecer seus posicionamentos, alternando avanços com a contenção de retrocessos. Não é novidade lembrar os muitos passos atrás que o Brasil tem dado, por meio de suas lideranças, ao não priorizar a pauta climática e desconsiderar o desmatamento, o incentivo a um agronegócio sustentável e a transição energética, para citar apenas alguns exemplos mais óbvios.

Que venham os próximos anos de trabalho! Seguiremos otimistas, apoiados na certeza das boas causas e nos nossos valores primordiais. Manteremo-nos sempre dispostos a reforçar, por meio do iCS e seus parceiros, a nossa contribuição para a formação das novas gerações de agentes de mudança, rumo a um 2030 que nos permita tomar a meta de redução do aquecimento global não mais como um objetivo a perseguir, mas sim uma conquista a ser celebrada!





2

Instituto Clima e Sociedade: missão e responsabilidade



INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE: MISSÃO E RESPONSABILIDADE



Em 2020, o Instituto Clima e Sociedade iniciou seu sexto ano de atividades. Diante de um período de crise extrema e reflexos impensáveis gerados pela pandemia do novo Coronavírus, o iCS viu crescer a sua responsabilidade.

Como organização filantrópica que capta recursos financeiros de doadores nacionais e internacionais, o Instituto contabilizou progressos expressivos no alcance de donatários, reforçando sua visão: Brasil carbono neutro com crescimento econômico e justiça social, compatível com 1,5° C.

Definida com o objetivo de balizar cada passo do iCS, esta visão ganhou relevância ainda maior, principalmente quando se considera o necessário papel do Instituto diante do agravamento das questões sociais, econômicas e políticas no país, e o risco que o cenário atual representa para o cumprimento das metas

compromissadas no âmbito do Acordo de Paris e da NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada) brasileira. E, por extensão, à garantia de prosperidade, justiça e do desenvolvimento de uma economia de baixo carbono no Brasil.

PANORAMA DE TRABALHO

Em 2015, quando o Brasil ainda se mantinha como um ator importante nas negociações internacionais do clima, o Instituto Clima e Sociedade iniciou seus trabalhos tendo três portfólios como focos temáticos. À medida em que foi fortalecendo sua trajetória, esse leque foi ampliado. O iCS fechou o ano de 2020 com seis portfólios trabalhados – Energia, Economia de Baixo Carbono, Política Climática e Engajamento, Direito e Clima, Uso da Terra e Sistemas Alimentares e Transporte.



Acelerar a **transição energética** para um setor de energia zero líquido em 2035.



Assegurar que o **setor privado e o sistema financeiro** acelerem a transição para uma economia de carbono zero líquido, em linha com as metas do Acordo de Paris.

Promover sistemas de transporte **zero emissões** em áreas urbanas.



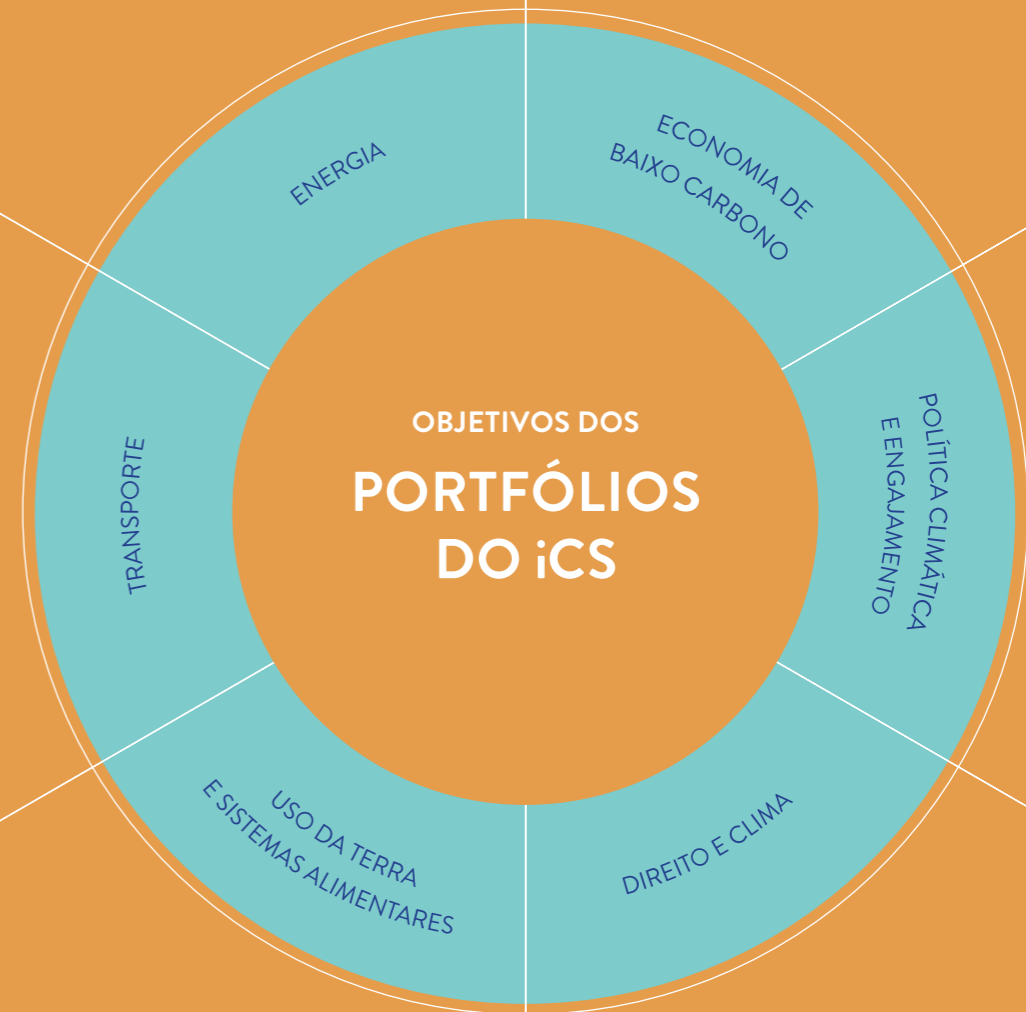
Assegurar que os **ramos executivos e legislativo**, em todos os níveis, defendam a implementação das metas do Acordo de Paris.



Promover o uso sustentável da terra na **Amazônia Legal**, desvinculando o crescimento econômico do desmatamento.



Garantir que o **sistema de justiça** desempenhe um papel positivo e assertivo na implementação do Acordo de Paris no Brasil.





Objetivamente, a concessão de doações é o trabalho principal do iCS. Recursos humanos e financeiros do Instituto estão concentrados nessas doações. O iCS acredita plenamente na promoção de protagonismo de seus donatários, que são, em sua grande maioria, organizações da sociedade civil, *think tanks* (grupos de reflexão), academia, grupos ativistas e observatórios. Em alguns outros casos, também podem ser empresas ou associações privadas.

Além dos recursos financeiros que fornece aos donatários, o iCS também oferece suporte político, técnico e institucional, quase sempre voltado à ampliação das redes dos parceiros. O processo das doações inclui o acompanhamento da execução dos projetos, avaliação de seus frutos, contribuição para disseminação de seus produtos, resultados e/ou impactos além de consolidação das lições aprendidas.

Soma-se à gestão de recursos para o desenvolvimento dos portfólios, a atuação do iCS na capacitação de parceiros, através de treinamentos e consultorias; na articulação e *advocacy*, com a realização de campanhas de comunicação, na promoção de diálogo entre diversos setores, encontros para intercâmbio nacional e internacional; e na realização de projetos especiais, tais como:

INSTITUTO E+ TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Focado na aceleração da transição energética baseada nos 5Ds (descarbonização, descentralização, digitalização, desenho de mercado e democratização).

WWW.EMAISENERGIA.ORG

KIGALI

Trabalha a implementação no Brasil das melhores práticas internacionais para a eficiência energética de equipamentos de refrigeração e a adoção dos gases refrigerantes de baixo GEE.

WWW.KIGALI.ORG.BR

DIÁLOGOS FUTURO SUSTENTÁVEL

Projeto que realiza encontros internacionais periódicos sobre as questões climáticas, uma parceria com a Embaixada da Alemanha no Brasil.

WWW.DIALOGOSFUTUROSUSTENTAVEL.ORG

Ainda dentro deste grupo de projetos especiais, além dos três já implementados e em andamento apresentados acima, surgiram também em 2020 outras três novidades na esfera de atuação do Instituto, relacionados abaixo:

PLATAFORMA NACIONAL DE MOBILIDADE ELÉTRICA (PNME)

Uma iniciativa que agrega mais de 30 instituições da indústria, poder público, sociedade civil e academia. A Plataforma segue com a constante adesão de novos membros e parceiros, garantindo o fluxo de competências necessários para prontas respostas a desafios dinâmicos do ponto de vista ambiental, social, econômico e tecnológico na questão da mobilidade elétrica.

WWW.PNME.ORG.BR

CONVERGÊNCIA PELO BRASIL

Iniciativa inédita no país, que reúne 18 personalidades, entre ex-ministros da Fazenda e ex-presidentes do Banco Central, originada a partir da construção de um documento com indicações para a recuperação econômica, considerando aspectos sociais e ambientais. A ideia aqui é que o projeto se consolide em um fórum e lidere uma

plataforma com conteúdo amplo e diversificado para informar e fomentar discussões sobre temas relevantes da agenda que envolve mudança climática e economia.

CONVERGENCIAPELOBRASIL.ORG.BR

PLATAFORMA SUBNACIONAL PARA O CLIMA

A Plataforma visa fortalecer as redes que atuam na esfera subnacional, de forma a contribuir para o aumento da ambição de estados e municípios nos compromissos climáticos. Uma das primeiras entregas da plataforma foi a Agenda Urbana do Clima, uma iniciativa do iCS em parceria com mais de 20 organizações da sociedade civil e outras instituições, elencando 10 ações prioritárias para o nível local. A Agenda foi lançada antes das eleições municipais de 2020, aproveitando o calor das discussões sobre as prioridades para os próximos quatro anos das cidades, trazendo ainda mais intensamente para os debates questões como uma recuperação econômica inclusiva e condizente com os desafios ambientais pós-pandemia.

WWW.AGENDAURBANADOCLIMA.COM





PANDEMIA

A jornada empreendida pelo iCS, ao longo de 2020, não pode, naturalmente, ser dissociada dos desafios impostos pela pandemia. Em razão da difícil conjuntura definida pela crise gerada pelo coronavírus, além das doações relacionadas ao clima, o iCS também disponibilizou recursos emergenciais – R\$ 1.160.000,00 – em apoio a 35 organizações.

O objetivo foi oferecer auxílio pontual a comunidades periféricas e socialmente vulneráveis no Rio de Janeiro e no Região Amazônica. Diante da fragilidade dos povos indígenas e quilombolas, frente ao avanço da Covid-19 e com substancial agravamento de suas dificuldades sociais, econômicas e sanitárias, o Instituto contribuiu para a garantia de segurança alimentar e preservação da saúde dessas comunidades.



DISTRIBUIÇÃO DE
CESTAS BÁSICAS

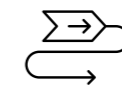
AUXÍLIO AOS POVOS
QUILOMBOLAS E INDÍGENAS

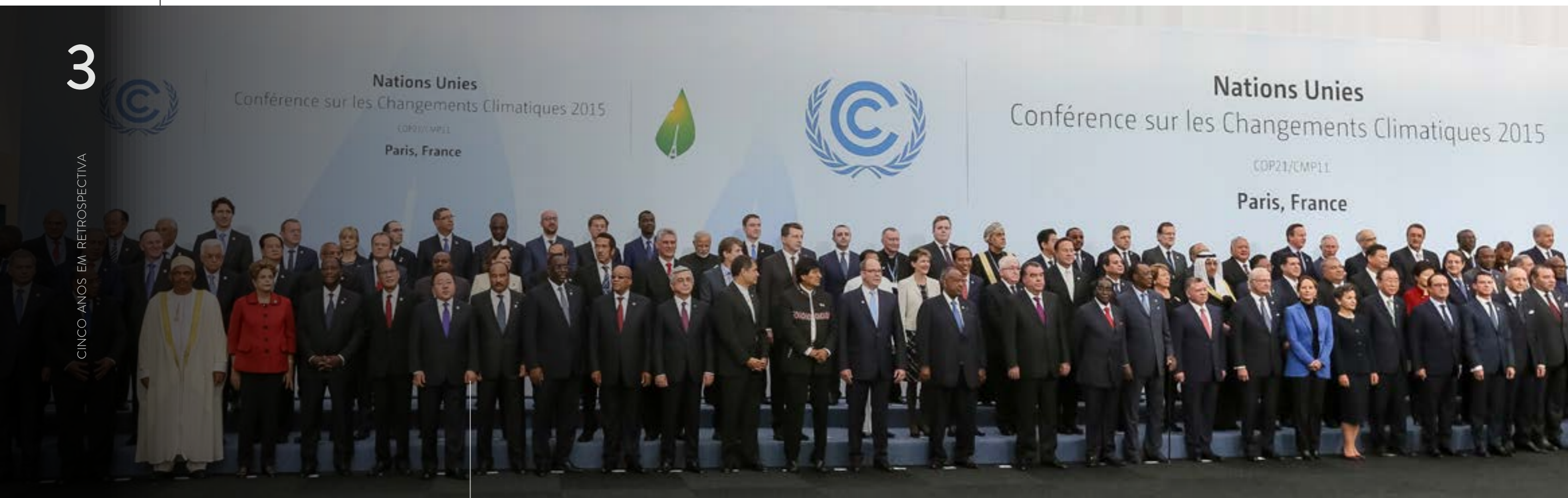
ARTICULAÇÕES ENTRE
A SOCIEDADE CIVIL

3

Cinco anos em retrospectiva

Momentos marcantes da história do iCS, no contexto desafiador da trajetória recente do Brasil e do mundo.





2015

ACORDO DE PARIS É ASSINADO

Nasce uma nova instituição para a promoção da agenda do clima

VEJA O RELATÓRIO ANUAL DE 2015/2016



O iCS iniciou suas atividades em um ano ímpar para a agenda climática. Em 2015, após longa negociação, encaminhada durante uma edição histórica da Conferência do Clima, foi aprovado o Acordo de Paris. O Brasil, mesmo vivendo uma fase de instabilidade, principalmente política, teve participação decisiva na formalização do tratado, obtendo amplo reconhecimento da comunidade global.

Naquele momento, o país assumia um papel protagonista, apresentava termos ambiciosos para a Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (iNDC), ao mesmo tempo em que enfrentava os impactos da tragédia ambiental de Mariana, em Minas Gerais, com o rompimento de barragem que devastou o Rio Doce, e a pressão em torno do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

A fase do país era bastante complexa e o iCS tornou-se rapidamente um qualificado promotor de mudança e de resistência, com um trabalho em favor do desenvolvimento justo e próspero para a economia de baixo carbono. O surgimento do Instituto ocorreu em momento importante para ampliar os debates sobre a então recente Agenda 2030 e sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), ambos lançados pelas Nações Unidas.

O Instituto abraçou a sua missão com trabalho prático e dirigido, trazendo para o Brasil recursos de grandes doadores internacionais, a fim de apoiar atores locais. Porém, muito mais do que um simples intermediário ou viabilizador de recursos financeiros, o iCS surgiu como um agente múltiplo, eficiente também para promover o diálogo entre setores, agregar conhecimento, estabelecer redes de informação e inteligência.



2016

INSTABILIDADE POLÍTICA NACIONAL

Início do trabalho de financiamento/doação
(*grantmaking*)

VEJA O RELATÓRIO ANUAL DE 2015/2016 

O afastamento de Dilma Rousseff, com Michel Temer, vice-presidente, assumindo a liderança do país de forma polêmica, em um contexto permeado por uma avalanche de denúncias e prisões, com a operação Lava Jato da Polícia Federal a todo vapor. Começava a se estabelecer uma divisão política entre os brasileiros, que culminaria no quadro de extrema polarização nas eleições presidenciais de 2018.

Na Europa, o impacto da saída do Reino Unido da União Europeia, e nos Estados Unidos, a vitória de Donald Trump na corrida presidencial, marcavam o cenário político mundial. Mesmo com todos os percalços do ano, ainda assim, a urgência na defesa do clima parecia estar pacificada como um consenso global. Um número recorde de países tinha acabado de assinar um acordo histórico de Paris, visando desacelerar o aquecimento global. Ao todo, 175 nações, incluindo o Brasil e os maiores poluidores do mundo, EUA e China, haviam se comprometido a adotar medidas para manter o aumento da temperatura abaixo dos 2°C.

Nesse contexto, o iCS concluiu a estruturação de sua governança e de suas áreas programáticas, com a construção de três portfólios iniciais e a aprovação de seu plano estratégico para o quinquênio 2016-2020.

Nos primeiros portfólios montados pelo Instituto, os focos estiveram concentrados em três temas: Energia Elétrica, com o fomento a energias renováveis, o *phase-out* de fontes fósseis e a promoção da eficiência energética; e Mobilidade Urbana, com o fortalecimento institucional de novas organizações dedicadas ao tema e ênfase especial para a mobilidade ativa. O terceiro portfólio – Políticas Climáticas – permitiu ao iCS dar suporte a iniciativas que tiveram impacto real na ratificação, pelo Brasil, do Acordo de Paris, com destaque para a campanha #ratificajá, liderada pelos parceiros Centro Brasil no Clima e Observatório do Clima, em parceria com outras organizações.



2017

O RETROCESSO AMERICANO

Ampliação da rede de conexões para fortalecer a pauta climática

VEJA O RELATÓRIO ANUAL DE 2017



Um ano para marcar um salto considerável no raio de ação do iCS. Mais desafios, mais responsabilidades. As investigações da Lava-Jato envolviam, naquela altura, os maiores partidos políticos do país e o Brasil, então com 13 milhões de desempregados, enfrentava uma onda crescente de desmatamento. Donald Trump, já empossado como presidente dos Estados Unidos, anunciava a saída de seu país do Acordo do Clima. Novos arranjos geopolíticos e fortes tendências de reserva de mercado reforçavam a necessidade de ampliar as discussões em torno do cumprimento das metas climáticas globais.

Ainda que a realidade se mostrasse pouco promissora para a agenda do clima, o iCS fortaleceu significativamente a sua presença institucional e ampliou de forma expressiva o número de parceiros, levando a campo ações próprias e iniciativas relacionadas a quatro portfólios: Energia

Elétrica, Mobilidade Urbana, Economia e Política Climática, sendo a atuação em economia uma novidade somada às áreas de atuação já existentes.

O Instituto também incentivou campanhas, encontros e iniciativas nacionais e internacionais que envolveram a sociedade civil, o setor privado, a academia e o poder público, em um esforço contínuo de informação, diálogo e ação em favor da agenda do clima.

Também foi um ano de deflagração do movimento em favor da restauração das atividades do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima, depois de anos de inatividade. Outro ponto alto foi a qualificação da ação filantrópica para o clima, com o fomento do diálogo entre as instituições a respeito das mudanças climáticas, favorecendo a ampliação da mobilização de recursos.



2018

O ANO DA POLARIZAÇÃO

Novas frentes de atuação

VEJA O RELATÓRIO ANUAL DE 2018



2018 marcou um dos períodos eleitorais mais polarizados da história do Brasil, com reflexos que impactaram fortemente o protagonismo do país nos debates sobre mudanças do clima e trouxeram inquietações para a sociedade brasileira, entre elas a ameaça da saída do Brasil do Acordo de Paris.

Apesar de se mostrar desafiador, 2018 inspirou o iCS para a assunção do trabalho em frentes mais segmentadas, para além das ações englobadas pelos quatro portfólios já institucionalizados: Economia de Baixo Carbono, Energia, Transporte e Política Climática e Engajamento.

Assim, em 2018, foi criado o Instituto E+, incubado pelo iCS, dedicado exclusivamente à identificação de barreiras e à busca de tendências na consolidação de um setor de energia brasilei-

ro com baixa emissão de gases de efeito estufa (GEE). A iniciativa foi inspirada no Agora Energiewende, principal *think tank* alemão dedicado à transição energética.

Outra iniciativa, o Projeto Kigali, focava na ratificação da Emenda de Kigali e, conseqüentemente, na mudança do perfil de consumo de energia dos aparelhos de ar-condicionado, trazendo as melhores práticas internacionais para que estimular o emprego de fluidos refrigerantes, com baixo potencial de aquecimento global. Envolvendo vários parceiros, a “Rede Kigali”, o projeto cumpriu um papel estratégico, na oferta de soluções e melhores práticas às instituições envolvidas com a política brasileira de eficiência energética para aparelhos domésticos.



2019

BRASIL EM CHAMAS

A luta contra retrocessos

VEJA O RELATÓRIO ANUAL DE 2019



Queimadas históricas no Pantanal e Cerrado, desmatamento crescente na Amazônia, no embalo de um verdadeiro desmonte dos instrumentos de comando e controle na área ambiental. A este cenário crítico somaram-se o maior desastre ambiental do país – o rompimento da barragem em Brumadinho – e o derramamento de óleo no litoral do Nordeste. Uma tímida, para não dizer pífia, participação do governo do Brasil nos debates globais sobre clima e biodiversidade, e a desistência do Brasil em sediar a COP 25 completaram a desanimadora retrospectiva do ano. Infelizmente, 2019 só acentuou a curva de retrocessos que já se desenhava em 2018, com a troca de governo e a guerra partidária instauradas.

O enfraquecimento no combate a ilegalidades na Amazônia foi mais um fato que abateu o país. Porém, apesar da conjuntura de crise – ambiental, social, política e econômica – e da ampliação substancial da pauta de desafios, o iCS se manteve atuante e participativo em diversas ações de resistência e mobilização e, trabalhando em forte sin-

tonia com seus parceiros, conseguiu fechar o ano ainda mais determinado em sua esfera de ação.

Com os desafios de 2019, a promoção do engajamento da sociedade brasileira com o tema de mudanças climáticas foi reforçado. Um novo portfólio foi lançado, Uso da Terra e Sistemas Alimentares, e uma nova frente de atuação surgiu com a criação do programa de Direito e Clima. Assim, as áreas programáticas cresceram em número de pessoas, entusiasmo, atuação e resultados.

Com equipe e estrutura fortalecidas, foi possível trabalhar em uma histórica mobilização do Brasil na COP25. Com o empenho e a proatividade do iCS, foi organizado o *Brazil Climate Action Hub*, um espaço montado para a delegação brasileira, palco de interação de lideranças da sociedade civil, do setor privado, que representaram o Brasil frente à comunidade internacional, e contribuindo para cerca de 60 eventos, durante os 14 dias de realização do fórum internacional.

4

Sobre o Relatório Anual 2020

Informação e transparência na relação
com a sociedade





SOBRE O RELATÓRIO ANUAL 2020: INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA NA RELAÇÃO COM A SOCIEDADE

A grave crise que marcou 2020, como consequência direta da pandemia, colocou o mundo diante de um exercício deemorado de resiliência e adaptabilidade.

Exercício que o Instituto Clima e Sociedade colocou em prática no seu dia a dia, adotando novos modelos e formatos de atuação e mantendo, assim, sua curva de crescimento mesmo em um ano desafiador.

As trilhas de ação nunca foram tão complexas e envolveram, inclusive, a adoção de doações direcionadas ao enfrentamento da pandemia, com destaque para ajuda a instituições dos estados do Rio de Janeiro e do Amazonas.

Por meio deste relatório, o Instituto reafirma seu compromisso com o país na direção do desenvolvimento de baixo carbono, alinhado com as determinações do Acordo de Paris e em convergência com o propósito de uma sociedade mais justa e igualitária.

TRILHA E ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

O iCS emprega esforços e recursos para, estrategicamente, criar as condições que possam alavancar resultados efetivos para a reversão do cenário brasileiro adverso à pauta climática global. Essa ação ocorre através do apoio a uma rede de instituições e de projetos com potencial para promover mudanças reais e capazes de gerar impactos positivos pró-agenda do clima.



Deste modo, são viabilizadas entregas diversas (produtos e serviços) que, quando combinadas, favorecem positivamente a geração de resultados (fortalecimento de condições – econômicas, políticas etc. – para que seja possível alcançar o impacto desejado) e impactos (mudanças comportamentais que contribuem diretamente para a redução de gases de efeito estufa) em prol da evolução da agenda climática e do desenvolvimento sustentável no Brasil. A compreensão de tais definições é fundamental para o entendimento da performance do Instituto, cuja lógica operacional está definida em um Modelo de Missão (framework), no qual estão relacionadas ações e entregas – de todos os seus parceiros. A elas são associados resultados e impactos obtidos e daí deriva uma apuração de dados comprováveis que podem confirmar, na prática, o cumprimento da visão perseguida pelo iCS.

O iCS ORGANIZA OS RESULTADOS APURADOS EM TRÊS CATEGORIAS:

AQUELES RELACIONADOS A COMPROMISSOS
POLÍTICOS E ECONÔMICOS, COM MAIOR
AMBIÇÃO CLIMÁTICA E JUSTIÇA SOCIAL;

À GOVERNANÇA E MECANISMOS DE CONTROLE
MAIS EFICAZES DE POLÍTICAS QUE IMPACTAM
O CLIMA;

E A UM ECOSISTEMA DE COMBATE ÀS
MUDANÇAS CLIMÁTICAS MAIS ROBUSTO, COM
SOCIEDADE CIVIL FORTALECIDA E MELHOR
INTERAÇÃO ENTRE SETORES.





PARA COMPREENDER OS PASSOS DADOS

Como forma de facilitar a compreensão da sua jornada em 2020, o iCS optou por organizar este relatório anual em três macro temas de interesse: *planeta, sociedade e geopolítica*.

A ideia é demonstrar como a ação climática está na ordem do dia, em uma perspectiva de correlação com os temas do cotidiano, que afetam a rotina de todos. É um exercício que relaciona a performance do iCS e de seus parceiros aos seguintes eixos: preservação do ambiente em que vivemos (planeta), garantia de qualidade de vida e bem-estar de todas as pessoas (sociedade) e atenção máxima às questões políticas e socioeconômicas globais que interferem ou de alguma forma se relacionam à agenda do clima (geopolítica).

Esses grandes temas se alinham naturalmente à visão do iCS: Brasil carbono neutro com crescimento econômico e justiça social, compatível com 1,5°C. Há uma correlação quase automática que permite associar “ambiente/planeta” ao “Brasil carbono neutro, compatível com 1,5°C”; “pessoas/sociedade” à “justiça social”; e “economia/geopolítica” ao “crescimento econômico”. Em contexto semelhante, também é possível espelhar os macro temas no tripé do desenvolvimento sustentável, na combinação das variantes ambiental, social e econômica.

5

2020: Resiliência e Conquistas

Promoção de justiça social na agenda do
clima para avanços na adversidade





2020: RESILIÊNCIA E CONQUISTAS

A confirmação de impactos e de resultados favoráveis à ação climática, em um grande esforço da sociedade civil, no qual o iCS, donatários e demais parceiros do Instituto trabalharam ativamente em 2020, é um feito a ser celebrado, especialmente no contexto de excepcionalidade que marcou o ano.

A filantropia estratégica do iCS viabilizou iniciativas de diversos atores comprometidos com a agenda do clima, gerando o fortalecimento do tema e destacando seu caráter urgente, sublinhado ainda mais pela pandemia.

O apoio do Instituto a parceiros favoreceu algumas conquistas, mas principalmente, como já mencionado em outros momentos deste relatório, contribuiu para a contenção do enfraquecimento de ações climáticas e ambientais no Brasil.

Nesta direção, entre outros fatores, foram importantes alguns progressos institucionais que inauguraram novas frentes de atuação dos portfólios do iCS, casos da Convergência para o Brasil, em Economia de Baixo Carbono; da Plataforma Nacional de Mobilidade Elétrica, em Transporte; e da Plataforma Subnacional do Clima, em Política Climática.

Ainda em termos institucionais, outro aspecto relevante, em 2020, veio com o engajamento de novas parcerias e a expansão das doações para outras regiões do Brasil, seguindo uma tendência já iniciada em anos anteriores, de ir além do Sudeste do país, onde está localizada a maioria das organizações da sociedade civil de meio ambiente e clima.



Ao capilarizar as doações, alcançando mais instituições das regiões Norte e Nordeste, por exemplo, o Instituto pode mapear as principais agendas locais e potenciais atores que poderão assumir as questões relacionadas ao clima. Por meio do portfólio Uso da Terra, foi conduzida a expansão das doações para três novos estados da Amazônia: Amapá, Acre e Rondônia. Em linha semelhante, via portfólio de Energia, o Instituto passou a estar mais presente no Norte e Nordeste, no desenvolvimento de fóruns consultivos (como é o caso do Fórum de Energias Renováveis de Roraima) e de plataformas colaborativas não partidárias para monitoramento público (como a Política para o Clima, de Recife).

Especificamente em relação à região Amazônica, foi importante dar um passo além das ações contempladas no portfólio Uso do Terra (com atenção especial às áreas e demandas rurais/florestais) para fortalecer as agendas climáticas

e socioambientais das cidades. Nessa linha, foi implementada uma nova iniciativa, denominada Amazônia Urbana, que mapeou 81 potenciais atores (incluindo movimentos populares, grupos sociais, indivíduos e pequenas organizações) com potencial para contribuir no atendimento dos desafios relacionados ao tema. Como desdobramento desta ação, também foram garantidas doações, abrangendo focos ou assuntos ainda não trabalhados, como em Transporte, por exemplo, com possibilidade de apoio a projetos relacionados à mobilidade urbana na região. Tudo isso sem prejuízo e conjugado com a manutenção e até crescimento da atuação do iCS junto aos povos tradicionais, incluindo comunidades indígenas e quilombolas.



IMPACTOS E RESULTADOS IDENTIFICADOS EM 2020

O desenvolvimento das iniciativas do iCS e de seus donatários, conjugado com a adaptação das atividades à conjuntura da pandemia, permitiu ao Instituto ampliar significativamente a interlocução com a sociedade e envolver mais atores em sua missão, com consequente comprometimento com a agenda do clima.

O foco foi deslocado para além da administração federal, com envolvimento de forma mais ostensiva das entidades subnacionais (estados, municípios ou atores não estatais), do setor privado, do Congresso Nacional e das redes de organizações da sociedade civil e de articulação internacional.

Foram muitas as conquistas advindas do processo de apoio a esses novos atores. Em termos práticos, os exemplos que comprovam a eficácia desse movimento podem ser encontrados em todos os portfólios, em uma variedade de resultados, incluindo desde a suspensão de licenças para exploração de minas de carvão (na região Sul do país), passando pela reativação (depois de um período de inatividade) do comitê gestor da substituição da frota para o transporte mais limpo de São Paulo (COMFROTA), chegando à mobilização do setor econômico, por meio da carta assinada por 70 CEOs brasileiros de empresas renomadas, como ferramenta para pressionar o governo federal a interromper o desmatamento ilegal.



Neste último caso, foi visível a reunião de vários entes privados originários de diversos segmentos do setor produtivo que, ao assumirem um papel estratégico na questão da recuperação pós-pandemia, também conectaram essa agenda com a da economia de baixo carbono, engajando-se no debate da ação climática e da economia verde.

O iCS, em uma avaliação minuciosa do ano de 2020, mapeou 48 resultados positivos para a agenda climática, associados a avanços ou à mitigação de retrocessos de ordem política e econômica, em diferentes níveis (internacional, nacional ou subnacional). Destes, foram destacados 30 resultados bem representativos das conquistas de 2020, cujos teores mantêm estreita consonância com as mais de 500 ações e entregas empreendidas pelo Instituto e seus parceiros ao longo dos últimos meses. Todos estes resultados e entregas estão direta ou indiretamente relacionados a avanços efetivos em prol do compromisso assumido pelo Brasil no Acordo de Paris. Eles são creditados, em sua maioria, a atuações de donatários e parceiros, para além das atividades do próprio Instituto.

Em 2020, não foi possível concentrar ações apenas no sentido de estabelecer uma agenda positiva para a questão climática. Foi necessário também muito esforço para evitar retrocessos de instrumentos legais e da estrutura do poder público para a agenda ambiental, dada a situação política do país. Para entender a importância do trabalho de resistência, é preciso lembrar

que, desde 2019, o Governo Federal tem desarticulado ou paralisado as estruturas da governança climática e revertido muitos de seus avanços progressos. Este processo inclui o enfraquecimento de instituições e a imposição de barreiras ao cumprimento de leis que estão no centro da formulação, implementação e gestão de políticas para a agenda do clima, em especial com relação ao uso da terra no país.

O Brasil sofreu, no início do atual governo, uma ameaça de retirada do país do Acordo de Paris e, desde então, segue sem nenhum progresso efetivo na revisão da NDC. A única revisão apresentada, já no final de 2020, trouxe retrocessos na contabilidade da linha de base, e manteve as metas da NDC original, o que levou a questionamentos sobre a legalidade dessa nova versão revisada por parte do iCS. O país ainda enfrenta os riscos constantes de alterações na legislação ambiental, a paralisação recente do Fundo Amazônia e o enfraquecimento de instituições como o IBAMA e ICMBio.

Tudo isso contribui para tornar ainda mais representativos os resultados apurados em 2020. Considera-se que, no grupo dos 48 resultados, mais de um terço deles estão focados na contenção de retrocessos (18), especialmente nas áreas de Direito e Clima, Uso da Terra e Política Climática.¹

¹ Para a lista completa dos 48 resultados apurados, ver final do capítulo, página 39 (Resumo dos Resultados 2020)





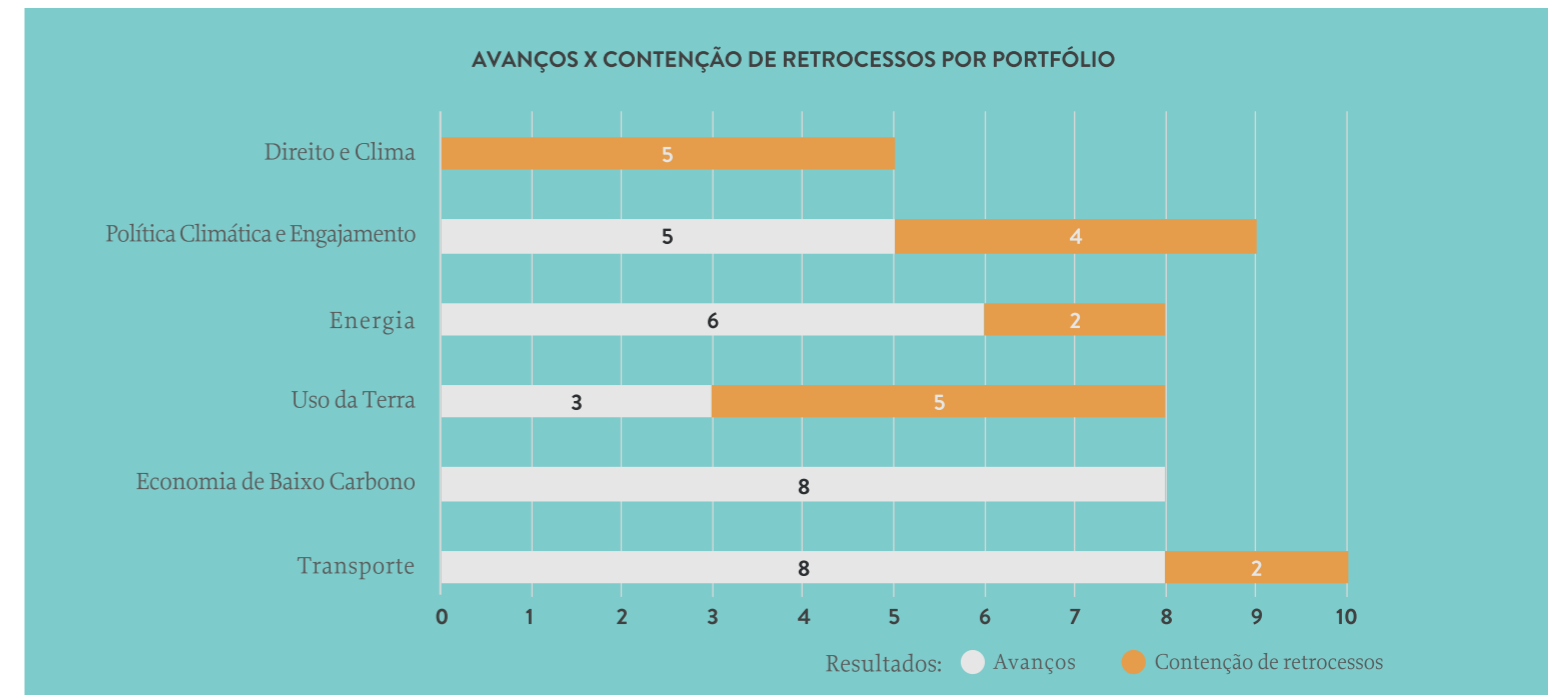
AVANÇOS E CONTENÇÃO DE RETROCESSOS POR PORTFÓLIO

Foram identificados alguns impactos positivos, analisados segundo dois critérios: a efetiva contribuição para a redução de emissões de gases de efeito estufa e o alinhamento com a visão do iCS: “Brasil carbono neutro com crescimento econômico e justiça social, compatível com 1,5°C”.

Os impactos são geralmente consolidados com a participação de uma variedade de estratégias e de partes interessadas (incluindo não-donatários) e levam um tempo relativamente longo para serem alcançados ou confirmados. Em 2020, dois impactos foram confirmados no portfólio de Energia: a contratação de um volume expressivo de biomassa (2,19 TWh), por meio de leilões financiados, favorecendo a redução de emissões, no comparativo com soluções baseadas em usinas térmicas a gás; e o crescimento, no estado de Roraima, da capacidade instalada de energia renovável (de 0 para 2,5 MW). Além desses, houve o impacto apurado no portfólio Uso da Terra, com a identificação de uma queda nas taxas de desmatamento, em comparação com períodos anteriores (de -17,7% ou uma redução de área desmatada de 4,476km² para 3.686km², verificada de agosto a

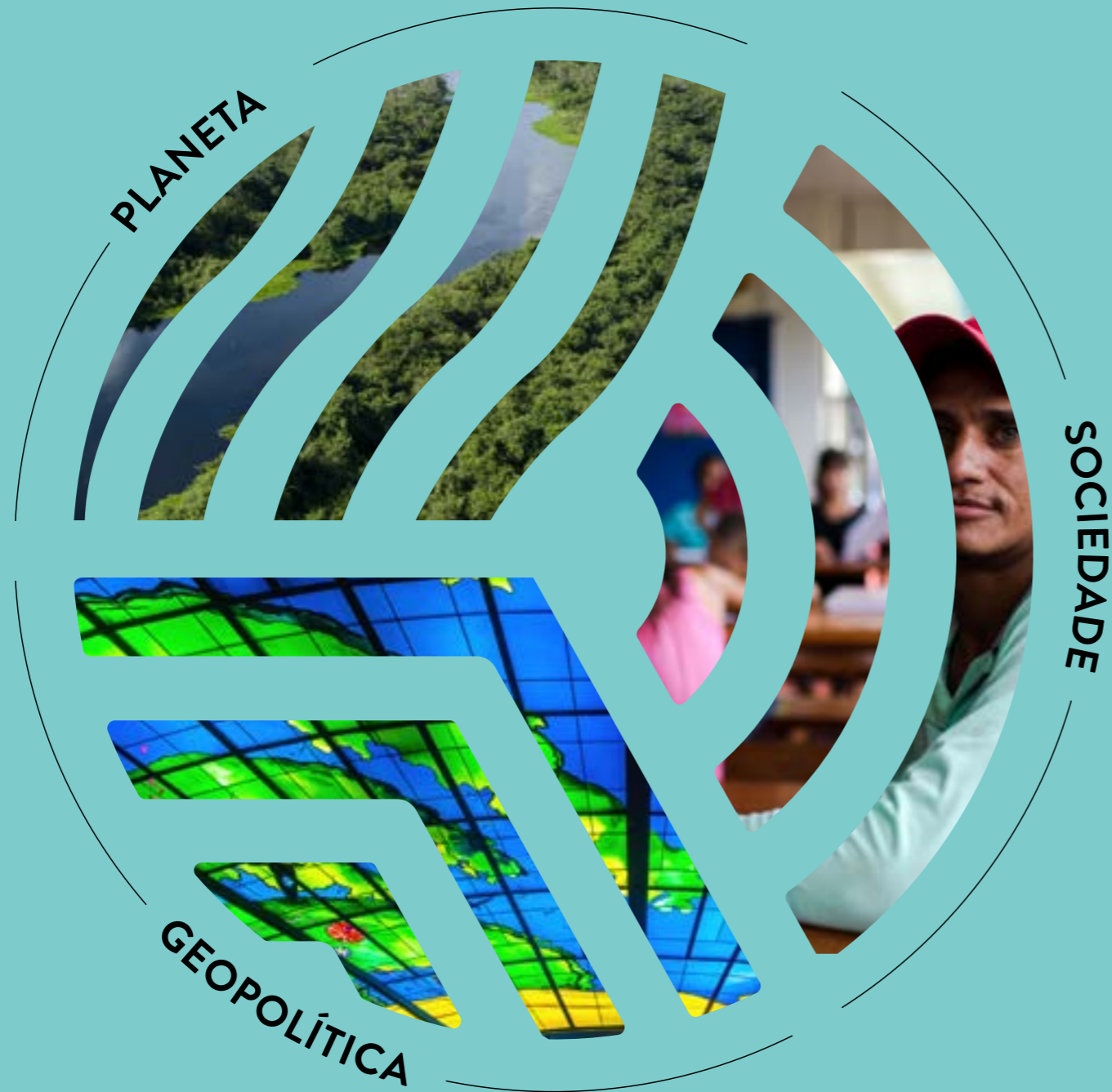
dezembro de 2020, no comparativo com o mesmo período de 2019). Apesar de a taxa não garantir que a queda no desmatamento seguirá se confirmando nos próximos períodos, ainda assim podemos categorizar a redução identificada como um saldo positivo no ano, ainda mais quando consideramos o cenário de retrocessos que temos observado nos últimos tempos.

É válido ressaltar, porém, que, em geral, a contribuição do iCS e de seus parceiros na busca e no alcance desses impactos são menos atuações diretamente relacionadas aos dados identificados (como, por exemplo, um investimento direto em usina de energia renovável em Roraima, ou ainda o custeio de ações coercitivas ao desmatamento ilegal), e mais ações que envolvem, prioritariamente, o desenvolvimento de conhecimento, o fornecimento de suporte técnico, e a articulação entre as partes interessadas, de forma a pressionar e engajar os atores públicos no avanço positivo das políticas relacionadas ao clima ou ainda na contenção de adversidades e no enfrentamento a involuções.



Os impactos apontados acima se somam a outros resultados também celebrados em 2020, pelo iCS, donatários e parceiros, no contexto da ação climática. Essas boas notícias – geradas em um ano tão desafiador – serão detalhadas a seguir, de forma que possam ser facilmente identificadas como ações concretas e/ou contribuições à preservação do nosso planeta, como melhorias para todo o conjunto da sociedade e também como balizadoras de decisões políticas e econômicas alinhadas aos anseios e objetivos globais voltados ao desenvolvimento sustentável.





PLANETA, SOCIEDADE E GEOPOLÍTICA

APROXIMANDO A EMERGÊNCIA GLOBAL DO COTIDIANO

Para apresentar os 30 resultados mais relevantes, incluindo os três impactos citados na página anterior, de forma mais detalhada, serão estabelecidos eixos temáticos – Planeta, Sociedade e Geopolítica/Economia – a fim de abordá-los de forma categorizada. A ideia é favorecer a visibilidade de cada um deles de forma mais aderente à realidade cotidiana, frisando a importância da agenda do clima e sua correlação com temas mais imediatos no dia a dia, como emprego, segurança, saúde, organização urbana, preservação ambiental, lixo, entre tantos outros presentes na rotina diária, mas que ainda não estão devidamente associados à ação climática. Em paralelo, a expectativa é motivar o comprometimento, individual e coletivo, ampliando o conhecimento sobre a causa ambiental e sobre os riscos que hoje são impostos à vida e às pessoas em todo o mundo.

PENSAR EM
Planeta

TERRA. GAIA. CASA.

REFÚGIO DAS CIVILIZAÇÕES, ONTEM E HOJE.

LAR E ORIGEM DE TODA A GAMA DE ESPÉCIES.

BEM DE TODA A HUMANIDADE. UMA HISTÓRIA DE QUASE CINCO BILHÕES DE ANOS. TERRITÓRIO DE DESGASTE E EXCESSOS. A **EMERGÊNCIA DO CLIMA** COMO UM ALERTA. **ECOSSISTEMAS EM CHOQUE.**

O iCS celebra as decisões, medidas e ações que contribuíram, a priori, contribuíram para a melhoria das condições de vida no planeta. Os temas relacionados a seguir, ainda que diversos, convergem na intenção de promover um resgate do planeta, alcançando desde a busca por fontes de energia mais limpas, até o desenvolvimento de ações de enfrentamento e de combate ao desmatamento das florestas brasileiras, passando pelo estímulo a edificações “verdes” e pela eletrificação das frotas de coletivos nas grandes cidades do país.





Por menos fontes de energia poluentes.

Foi determinada a suspensão judicial do processo de licenciamento ambiental de uma nova mina de carvão prevista para ser construída nas proximidades de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, o projeto Mina Guaíba. Se fosse à frente, o Mina Guaíba seria a maior mina de carvão da América Latina, e os impactos de sua instalação poderiam afetar mais de 4 milhões de brasileiros, residentes em seu entorno. O Instituto Arayara e o Instituto Preservar, que são parceiros do iCS, junto com a Associação Indígena Poty Guarani, foram os atores da ação, e caso foi julgado na 9ª Vara Federal de Porto Alegre, em fevereiro de 2020.

Resultado celebrado tanto pelo portfólio de Energia quanto pelo de Direito & Clima, o caso estava sendo monitorado pelo iCS desde 2019, presente no apoio a sociedade civil durante toda a mobilização, com campanhas, estudos, e com o litígio

ativo de seus donatários, fundamentais para que esse resultado positivo para o planeta fosse de fato alcançado.

Foram muitas as iniciativas, como organização de debates em plenários de audiência pública, mobilização de pessoas em manifestações, e coleta de assinaturas para evitar avanços na instalação da mina, além de campanhas de conscientização. Entre as campanhas de comunicação contra o licenciamento da Mina Guaíba, destaca-se a “#CarvãoAquiNão”, que contou, inclusive, com uma série direcionada à capacitação de centenas de pessoas em grupos de interesse como comunidades indígenas, assentamentos da reforma agrária, movimento católico, grupos evangélicos, grupos de jovens e ambientalistas, entre outros (através do parceiro Instituto Arayara).

Um freio no uso do carvão. Outra boa notícia foi a declaração pública feita pela empresa Engie, através da imprensa (e confirmada por e-mail ao iCS no dia 17 de dezembro), que apontando o possível encerramento das atividades do Complexo Termoelétrico Jorge Lacerda, em Santa Catarina – movido a carvão –, de forma escalonada entre 2023 e 2025. Após essas recentes conquistas, também estão sendo analisadas outras metas de contencioso em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul.

Ainda no tema do carvão, foi produzido um importante relatório sobre *Usinas Termoelétricas e a Crise no Setor Elétrico pela Covid-19*, organizado pelo iCS em parceria com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC). Nele, é proposta a retirada antecipada das térmicas a carvão do Sul do Brasil (até dezembro de 2027), redirecionando o subsídio que atualmente é dado para a queima do carvão, de modo que venha a apoiar a transição justa para os trabalhadores e comunidades envolvidas. O estudo foi apresentado – entre julho e dezembro – aos principais atores e lideranças envolvidos com a pauta da energia, como deputados e senadores das Comissões de Energia da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, e para o diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), sendo, de modo geral, muito bem recebido.

Impacto real com o uso crescente da biomassa.

O setor de energia pode comemorar o crescimento constante do uso da biomassa no Brasil. Os leilões de energia dos últimos dois anos contrataram 2,19 TWH de biomassa – o que evitou a emissão de aproximadamente 1 milhão de tCO₂, superando a economia de emissões obtida a partir da geração de energia de usinas elétricas de ciclo combinadas de gás natural (NGCC). Uma contribuição de peso para esse impacto foi dada pelo IEMA, parceiro do iCS, ao fornecer parâmetros à modelagem do mix de energia leilado pelo regulador brasileiro do setor, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).





Crescem as instalações autosuficientes em energia. Ainda na esfera do portfólio de Energia, em 2020, 52 projetos foram submetidos à *Certificação GBC Brasil Zero Energy* em todo o país, para a construção de prédios inteligentes com geração e uso de energia a partir de fontes não poluentes, resultando na geração de energia renovável estimada em mais de 7.500 mil KWh ao ano (para atendimento a um consumo estimado em pouco menos de 7.200 mil KWh ao ano, pelas mesmas edificações geradoras).

Concedida pelo Green Building Council Brasil, a Certificação GBC Brasil Zero Energy é uma ferramenta eficiente para impulsionar a busca de equilíbrio entre o consumo e a geração de energia em edificações, sejam novas construções, reformas ou operações industriais. Ela comprova que o consumo de energia local da operação anual do local é zerado por uma combinação de alta eficiência energética e geração de energia por fontes renováveis. Para a obtenção da certificação GBC Brasil Zero Energy definitiva, todos os empreendimentos devem ter pelo menos um ano de operação monitorado de forma contínua com o seu balanço energético anual zerado.

Eficiência Energética com fôlego renovado. No âmbito da frente de combate a retrocessos na questão da melhoria de condições da sustentabilidade do planeta, e ainda na área da Energia, foram bloqueadas com sucesso todas as tentativas de realocação de recursos do Programa de Eficiência Energética do Governo Federal para outros fins.

Durante a pandemia, as concessionárias de eletricidade pressionaram por apoio governamental devido ao baixo consumo nacional de energia e à alta taxa de inadimplência. Durante os debates relacionados a esse tema, havia a proposta de realocar o saldo atual do Programa de Eficiência Energética, com cerca de R\$ 5 bilhões alocados – bem como outros 60% de seus recursos futuros ao longo dos cinco próximos anos – para cobrir as perdas do setor com a emergência sanitária.

A proposta do setor foi transformada na Medida Provisória 998 pelo Governo. Para combater o desvio dessa verba dedicada à eficiência energética, foi posta em prática uma forte articulação (mais notadamente pelos parceiros do iCS, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor/IDEC e o International Energy Initiative/IEI - Brasil), de forma que fossem bloqueadas as negociações para sua aprovação no Congresso Nacional. A reunião desses esforços, que também contou com manifestações públicas e campanhas de comunicação, finalmente garantiu que a MP998 expirasse sem ser aprovada em dezembro de 2020, garantindo a integralidade dos recursos do programa nos próximos anos.



Desmatamento reduzido nos últimos seis meses de 2020: um impacto em prol da floresta.

Com relação à temática do Uso da Terra, a pressão da sociedade pela preservação do verde – incluindo aí iCS e parceiros – começa a dar resultados concretos. Em 2020, foi possível observar um aumento da pressão de diferentes setores da sociedade pela redução do desmatamento e pela adoção de meios mais sustentáveis de produção. Houve um crescimento significativo de manifestações públicas e de acompanhamento da mídia sobre os números e tendências da perda de florestas na Amazônia. E, no segundo semestre de 2020, como já mencionado, também foi identificada uma redução de 17,7% do desmatamento em relação ao mesmo período de 2019. Ainda que seja um avanço aquém do necessário para a garantia de preservação da mata nativa remanescente no território nacional, e que a taxa verificada entre agosto e dezembro não garanta a contenção efetiva do desmatamento nos próximos períodos subsequentes, ainda assim é um passo à frente a favor da conservação do planeta e uma meta a ser reforçada e perseguida para os próximos anos.



De fato, se for considerada a taxa de desmatamento ao longo de 2020, a área total desmatada no ano chegou a 11,1 mil km² (a maior dos últimos 12 anos), e, ainda que tenha ficado abaixo das projeções feitas pelo iCS no início do ano (que apontavam uma área de cerca de 13 mil km²), comprovam que o desmatamento ainda está longe de ser um problema de fato bem equacionado. O Instituto tem promovido várias frentes, do nível internacional ao subnacional, na pressão incessante pela redução do desmatamento e pela responsabilização dos infratores. Ao longo do ano passado, o Conselho da Amazônia e mesmo o Vice-Presidente General Mourão foram pressionados a apresentarem um plano de controle e de redução do desmatamento. Em paralelo, parceiros do iCS também atuaram no apoio aos governadores da Amazônia como forma de aumentar seus engajamentos na contenção do desmatamento em seus territórios, como, por exemplo, no caso do “Amazônia Agora”, plano lançado pelo estado do Pará no combate ao desmatamento local.

Organizações da sociedade civil também ressaltaram o alto custo e a ineficiência das Forças Armadas para lidar com o desmatamento e os incêndios na região amazônica. O iCS apoiou o engajamento do setor privado para que novos atores pudessem se posicionar e colaborar com o desenvolvimento de alternativas mais sustentáveis para a região, alavancando inclusive a adesão de conexões internacionais relevantes à causa.

Hotspot de desmatamento, Pará celebra novas diretrizes.

O Governador do Estado do Pará – estado que é o maior emissor de GEE no segmento de uso da terra – também se comprometeu com o combate ao desmatamento de forma mais direta, através da publicação, em maio, da *Política do Estado do Pará sobre Mudanças Climáticas*, com o objetivo de criar bases para a ampliação de esforços. O Pará criou uma força-tarefa para combater crimes ambientais, como queimadas, desmatamento e a mineração ilegal em seu território. Em complemento à iniciativa, também publicou, em agosto, o decreto estadual 941, que estabeleceu o plano “Amazônia Agora”, que apresenta um eixo específico de combate ao desmatamento, conforme já mencionado acima.

Alguns donatários do iCS estão próximos do Governo do Pará e apoiam essas iniciativas. Este é o caso do Centro de Inteligência Territorial, vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais, que tem trabalhado na indicação de estratégias para a melhoria do custo-efetividade da fiscalização, a partir de simulações do desmatamento até 2050, o Imazon, que tem produzido estudos sobre a política fundiária da região (Política Fundiária como instrumento para alcançar o Desmatamento Zero na Amazônia), ou ainda o Climate Policy Initiative (CPI), que tem processado e analisado dados de diferentes fontes sobre degradação florestal, em parcerias com os órgãos ambientais, para influenciar o desenho de políticas de redução da degradação.



A eletrificação da frota paulista.

Na questão da mobilidade urbana, avanços significativos foram alcançados para a renovação da frota da cidade de São Paulo, a maior capital do país. Entre eles, destacamos o reinício do trabalho da COMFROTA, o comitê gestor da cidade de São Paulo responsável por monitorar a substituição da frota da cidade por alternativas mais limpas, após quase um ano de inatividade. Em outubro, foram compartilhados em um webinar os primeiros resultados do plano produzido pela entidade, quando o comitê paulista de renovação da frota de ônibus divulgou um número maior do que o esperado de ônibus elétricos para substituir os movidos a combustíveis fósseis.

Apesar de, em 2019, a SPTrans e as operadoras de ônibus terem apresentado resistência por conta dos custos dessa renovação, um dos parceiros do iCS – o Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA) – desenvolveu uma ferramenta digital fundamental para que as operadoras de ônibus pudessem calcular as emissões de suas frotas ao apresentarem seus planos de renovação à SPTrans, o ReFrota, o que efetivamente colaborou para que esse bom resultado pudesse ser obtido em 2020. Outro parceiro do iCS, o Conselho Internacional sobre Transporte Limpo (ICCT), em associação com outros entes como o projeto C40 (das 40 cidades “amigas” do clima) e o Zebra Project (Zero waste Blade ReseArch project), também produziu estudos técnicos



em apoio a SPTrans, para ajudar na definição das melhores linhas para o processo de eletrificação.

Ainda em São Paulo, vale ressaltar que ações realizadas sob a liderança do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), e que contaram com importante articulação da sociedade civil, também obtiveram importante conquista reduzindo em cinco anos o cronograma de redução de emissão dos ônibus, com a antecipação do cronograma de 20 para 15 anos, em decisão também anunciada em reunião do COMFROTA.

Além disso, bem no fim do ano, no dia 10 de dezembro, uma coalizão de 17 investidores e fabricantes anunciou que pretende investir US\$ 1 bilhão na expansão da frota de ônibus elétricos em quatro cidades da América Latina, incluindo São Paulo.

Reforço da iniciativa privada na sustentabilidade.

Voltada à promoção da economia de baixo carbono, outra boa notícia foi a iniciativa do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), parceiro do iCS. Por meio da articulação de empresas brasileiras em torno do tema da mudança do clima, foi organizada uma carta pública assinada por mais de 70 CEOs brasileiros pressionando o governo a interromper o desmatamento ilegal e a cumprir os compromissos ambientais e climáticos assumidos pelo Brasil em âmbito internacional. A ação, que começou com 38 empresas renomadas, teve sua carta divulgada no dia 7 de julho e conta, entre os seus signatários, com os três maiores bancos privados do país (Itaú Unibanco, Bradesco e Santander).

Convergência de esforços para um Brasil Carbono Zero.

Ainda priorizando a recuperação e a sustentabilidade do planeta, vale ressaltar também aqui a iniciativa do iCS já mencionada no início deste capítulo, o projeto “Convergência para o Brasil”, apoiado por relevantes líderes econômicos, um grupo que inclui 18 ex-ministros da Fazenda e ex-presidentes do Banco Central. O projeto, uma parceria com o Instituto O Mundo que Queremos, visa à transição para uma economia de baixo carbono como uma convergência imprescindível para o futuro do país.

Depois de revisado pelos signatários, um Manifesto foi divulgado à imprensa, com princípios para superar a crise da pandemia no Brasil, mas também encontrando pontos comuns para uma agenda que possibilite a alavancagem do investimento internacional, a recuperação da atividade econômica e, simultaneamente, contribua para o desenvolvimento de uma economia mais resiliente às futuras crises relacionadas às mudanças climáticas. Na ocasião, mais de 100 artigos foram publicados na imprensa e a cobertura incluiu grandes emissoras de TV e veículos econômicos, inclusive com veículos internacionais, como o The Guardian e New York Times.



PENSAR EM

Sociedade

COLETIVIDADE.

PESSOAS EM REUNIÃO, VIVÊNCIAS EM INTERSEÇÃO.

COLABORAÇÃO MÚTUA, SINERGIA. EXPERIÊNCIA

CONJUNTA. CORPO VIVO. TECIDO PARA O

DESENVOLVIMENTO DE CULTURAS E POVOS. FORÇA

MUTANTE. RESULTADO DA UNIÃO DE VÁRIOS

INDIVÍDUOS. TERRENO FÉRTIL PARA EVOLUÇÃO.

O apoio a parceiros comprometidos com as causas da sociedade, entendidas prioritariamente pela ótica da preservação da vida, da promoção dos coletivos sociais e da garantia da qualidade de vida no país, tem merecido atenção constante do iCS em suas frentes de impulsionamento da ação climática. Sempre desperto para a visão que norteia seu trabalho, o Instituto preza cada vez mais pelo componente “justiça social”, assegurando, como pode ser visto a seguir, que a filantropia possa alcançar esta pauta no contexto da agenda do clima e gerar mudanças positivas para os mais vulneráveis.



Consumo consciente de eletrodomésticos: alternativa em ascensão.

A aprovação da Portaria 234/2020 do INMETRO, que estabeleceu critérios mais rigorosos para a classificação da etiquetagem de eficiência energética de condicionadores de ar, assim como a revisão do Selo PROCEL pela Eletrobras, vão aumentar significativamente a capacidade dos consumidores de escolher equipamentos ambientalmente corretos e econômicos. Ao serem definidas, as novas iniciativas – tanto a nova etiquetagem do INMETRO quanto o Selo PROCEL – incorporaram as recomendações do iCS e de seus parceiros, dentre os quais o Lawrence Berkeley National Lab (LBNL) e CLASP, com relação ao atendimento dos níveis adequados de energia e à metodologia de medição da eficiência energética.

Essas novas regras refletem, de um lado, a articulação e apoio técnico conduzido pela International Energy Initiative (IEI Brasil) – envolvendo o INMETRO, o PROCEL/Eletrobras e o próprio Ministério das Minas e Energia –, mas também, por outro lado, também são fruto de ações de pressão e de defesa lideradas pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), outras duas instituições apoiadas pelo iCS. No caso do Selo PROCEL, vale ressaltar que, além de critérios de eficiência energética, foram adotados também requisitos ambientais (tais como a exigência de fluidos refrigerantes com potencial de aquecimento global inferior a 750 para a concessão do SELO PROCEL Ouro).



A integração de bicicletas com o transporte público coletivo.

Na cidade de São Paulo, a maior do país, uma série de iniciativas visando a otimização do uso de bicicletas foi identificada. O Banco Mundial, em convênio com a prefeitura da cidade por conta do programa Smart Mobility São Paulo, abriu uma frente de pesquisa de modelos internacionais de bicicletários a serem aplicados na cidade. A pesquisa auxilia no projeto de próximos estacionamentos de bicicleta, e também traz insumos para melhorar a eficiência de operação dos bicicletários já existentes. A expectativa é que o estudo inclusive possa definir um novo modelo-padrão de bicicletários como referência nos processos que envolvem contratos públicos para construção de estações de trem e terminais de metrô. O material foi incluído como referência na chamada para projetos de mobilidade sustentável do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e com o banco estatal alemão de investimento e desenvolvimento (KfW), que é primeira iniciativa dessa cooperação com o propósito de desenvolver ações para fomentar a mobilidade urbana sustentável no Brasil.



Em outra frente, a Socicam – operadora dos bicicletários em terminais de ônibus da cidade –, digitalizou o controle de acesso aos equipamentos, que passou a ser enviado à SPTrans mensalmente, para auxílio à logística da cidade e à busca de modelos de negócio capazes de reduzir os custos de operação dos transportes coletivos.

Ainda sobre o transporte em duas rodas, merece destaque a aprovação da Lei Municipal nº 17.322/2020 também da cidade de São Paulo, a primeira do Brasil a regulamentar e incentivar a logística de bicicletas. Além do estímulo à ciclologística (através da definição de regras de estacionamentos para bicicletas e triciclos de carga), a lei também incentiva cursos de formação para os ciclistas entregadores, define a prioridade de entregas por bicicletas nas licitações públicas e regras como as de padronização da dimensão das ciclovias. O Labmob – Laboratório de Mobilidade, parceiro do iCS ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), forneceu informações técnicas que subsidiaram a análise da proposta de lei. Junto dele, outros parceiros apoiados criaram espaços de diálogo, contribuindo para a mobilização pública necessária para a aprovação do normativo.

Melhorias para o transporte coletivo carioca.

No Rio de Janeiro, melhorias também foram comprovadas sob o ponto de vista legislativo. Duas leis estaduais, que regem sobre a questão metropolitana da mobilidade urbana, foram aprovadas na cidade (LC 184/18 e LC 8.479/19), com donatários do iCS oferecendo contribuições efetivas para criar um clima favorável para a votação dos normativos – com destaque para a atuação da Casa Fluminense e para o apoio do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP).

A primeira lei estabeleceu parâmetros de gestão compartilhada e governança para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e a segunda trata da questão do bilhete único, promovendo aprimoramentos em relação à fiscalização e à transparência nos procedimentos licitatórios. A Casa Fluminense, por exemplo, acompanhou audiências públicas e mobilizou parlamentares para evitar aumentos abusivos de passagens e retrocessos em relação ao transporte público. Apesar dos avanços na legislação, o contexto político ainda torna sua implementação um importante desafio, a ser perseguido ao longo de 2021.



Proteção e voz aos primeiros donos da terra.

Organizações indígenas mantiveram sua capacidade de denúncia durante a pandemia: integrantes de 19 comunidades situadas na Amazônia sofreram tremendamente com o isolamento provocado pela crise sanitária. Sem acesso à Internet e com as restrições impostas pela quarentena, algumas dessas organizações se viram ameaçadas com o risco de seus trabalhos serem silenciados. Um conjunto de donatários do iCS teve um papel chave na manutenção da voz ativa desses grupos, apoiando as associações indígenas, trazendo a público dados sobre as vítimas de Covid-19 e a situação geral dos indígenas durante a pandemia.

O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), por exemplo, ao lado do Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), lançou um aplicativo para auxiliar os povos indígenas na proteção contra a Covid-19, enquanto a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) intensificou o suporte à rede de comunicadores indígenas (Mídia Índia). Parceiros como Uma Gota no Oceano, Instituto Socioambiental (ISA), Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) e Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), fomentaram articulações, juntamente com a coleta de dados/informações para as organizações indígenas prosseguissem com seus mecanismos ativos de controle de incên-



Religião e meio ambiente.

Alguns grupos religiosos estreitaram relações com a agenda do clima, através da disseminação de informações e orientações sobre o tema junto às suas comunidades. A rede Fé no Clima, um projeto do Instituto de Estudos da Religião (ISER), parceiro do iCS, foi fortalecida e seus integrantes (não beneficiários do iCS) passaram a incluir a questão climática de forma espontânea em suas falas, demonstrando um avanço na abordagem do tema junto a esses grupos.

Alguns destaques neste campo específico foram apresentações e debates conduzidos por lideranças de diferentes religiões, tais como: (1) “A preservação da Amazônia é uma questão de fé”, com o Pastor Ariovaldo Ramos; (2) “Vivo Ambiental: Políticas, práticas sustentáveis e vulnerabilidade, com Mãe Beth d’Oxum; (3) “Paz e Bem”, com Dom Mauro Morelli e (4) “Dia da Terra, Pandemia e Mudanças Climáticas: o que a igreja tem a ver com isso?”, e “Renovar Nosso Mundo”, com o Pastor Timóteo Carriker.

dios e de desmatamento. Por meio dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), em uma ação do Conselho Indígena de Roraima (CIR), foram promovidas ações de proteção ambiental e territorial junto à lideranças, mulheres e jovens.

Houve também apoio para uma participação mais efetiva dos indígenas em grupos organizados por órgãos e/ou conselhos governamentais, caso da Plataforma de Monitoramento da Situação Indígena na Pandemia do Coronavírus (Covid-19) no Brasil. A informação consolidada neste canal, a partir do relato das organizações indígenas e porta-vozes das populações indígenas, foi utilizada pelo o procurador regional da República, Felício Pontes, e pelo Supremo Federal (STF), que decidiu obrigar o Governo Federal a apresentar um plano de proteção detalhado para as populações indígenas contra a Covid-19.





Engajamento e litigância. Um número cada vez maior de organizações da sociedade civil tem se engajado na judicialização climática, potencializando esse mecanismo de defesa das causas ambientais e reforçando a necessidade de aprimorar, em termos gerais, a governança de temas e ações relacionados à agenda do clima. 2020 foi um ano em que a mudança do clima foi, pela primeira vez, tratada no Supremo Tribunal Federal (STF), em ações que envolveram o Fundo Amazônia, o Fundo Clima, e o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). Algumas delas foram conduzidas com a realização de audiências públicas.

Neste contexto, as organizações da sociedade civil se engajaram e construíram efetivamente um campo de litígio climático, com declarações jurídicas e participações técnicas sólidas. Graças à articulação constante do iCS, ao longo do ano passado, foi possível vislumbrar este cenário que envolveu atores diversos, entre eles a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA).

Não ao dismantelamento de políticas ambientais.

Em setembro de 2020, foram suspensos pela justiça os efeitos de revogação de normas do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) que garantem a preservação de APPS (Áreas de Proteção Permanente), como áreas de restinga e manguezais, e áreas que margeiam reservatórios artificiais de água, como represas ou mananciais urbanos.

O risco de danos ao meio ambiente foi o principal argumento para a decisão, oferecida em resposta à ação popular (5067634-55.2020.4.02.5101/RJ), que apontava para violações da Política Nacional do Meio Ambiente, do Código Florestal e da Constituição Federal. A campanha a favor da revogação partiu de vários atores da sociedade civil, incluindo parceiros do iCS. Ficou claro que o apoio do Instituto à capacitação em processos contenciosos tem se mostrado um instrumento essencial para ajudar a evitar o dismantelamento de políticas já consagradas.

Mais que resultado, um impacto de fato: energia renovável em Roraima.

O estabelecimento do Fórum de Energia Renovável de Roraima, apoiado pelo iCS, foi o grande impulsionador dessa conquista. O estado continua a ser o único do país não conectado à rede elétrica nacional. Como um sistema isolado, é totalmente dependente da geração de energia a diesel e queima um milhão de litros de óleo diesel/dia para garantir o fornecimento de energia elétrica à capital Boa Vista, hoje com 350 mil habitantes aproximadamente. O Fórum se firmou como plataforma única para a reunião de diversos atores (agricultores, indústrias, servidores públicos, representantes de órgãos governamentais, representantes de comunidades indígenas, associações profissionais, OSCs, entre outros) que têm em comum a busca pela construção de uma solução de consenso para a transição energética e adoção da energia renovável no estado.

Como resultado da campanha do Fórum, o número de instalações de geração distribuída (2,5MWp) cresceu de seis (dezembro de 2019) para 142 (setembro de 2020), levando a uma diminuição da queima de diesel. Além de favorecer este resultado, o Fórum tem sido fundamental para promover leilões locais com foco na geração de energia renovável em grande escala, visando a substituição do diesel; e para abordar a questão do acesso universal à energia pelas comunidades locais, como um componente essencial da justa transição energética no estado.

Graças ao Fórum, também estão sendo divulgadas linhas de financiamento dos bancos de desenvolvimento e de varejo, para a instalação de sistemas fotovoltaicos em residência e pequeno comércio, e conduzidos os termos do acordo de cooperação que une a Prefeitura Municipal de Boa Vista e a Universidade Federal de Roraima (UFRR), tendo como objetivo o monitoramento dos sistemas fotovoltaicos em edifícios públicos. Para que haja uma atualização constante a respeito de todos esses passos, são realizados, no âmbito do Fórum, *webinars* e *lives* com representantes de instituições financeiras e instaladores de sistemas fotovoltaicos credenciados pela Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR).



PENSAR EM

Geopolítica

VISÃO QUE CRUZA FRONTEIRAS.

CORRELAÇÃO DE FATOS HISTÓRICOS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS. **INTEGRAÇÃO DE INTERESSES** COMUNS ENTRE DIFERENTES PAÍSES. COMPREENSÃO E ESPELHAMENTO DE PLANOS INTERNOS A **OBJETIVOS GLOBAIS**. INTERAÇÃO DE **CULTURAS DIVERSAS** GERANDO REFLEXOS AO REDOR DO MUNDO. PERCEPÇÃO DOS MOVIMENTOS DE UM ESTADO-NAÇÃO NO CONTEXTO DA **NOVA REALIDADE MUNDIAL**.

Em 2020, o Brasil enfrentou dificuldades para manter o alinhamento com as demandas da agenda global do clima, perdendo espaço para o entendimento com a comunidade internacional em vários segmentos, sendo especialmente questionado em relação à política ambiental que vem praticando. Como forma de reação, representantes da sociedade civil organizada têm oferecido respostas concretas, ao unir forças para tentar reverter o cenário atual e garantir o fortalecimento do papel geopolítico do Brasil e o protagonismo que cabe ao país em termos globais, especialmente no curso da ação climática.





Títulos verdes em alta no mercado brasileiro.

Uma boa notícia para a economia verde no Brasil foi a quebra do recorde do país na emissão de títulos e empréstimos verdes e/ou sustentáveis no ano, que ultrapassou a casa dos R\$ 15 bilhões (superando os números de 2019). Este fato mostra não só a crescente demanda dos investidores por produtos que contribuam para o cumprimento da agenda do clima, mas também a urgência das empresas em definir posicionamentos mais sustentáveis no mercado, interna e globalmente, privilegiando critérios ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês), a fim de atender uma exigência cada vez mais presente e demandada pelo público consumidor responsável.

O resultado reflete as diferentes estratégias implementadas diretamente pelo Instituto e seus parceiros, incluindo várias campanhas em direção a uma economia mais verde e ao envolvimento ativo do setor privado no debate sustentável e na construção de diretrizes, pelo menos desde 2017, para emissão de títulos verdes.

Neste rol, estão a série *Diálogos Futuro Sustentável* sobre recuperação econômica verde e, mais especificamente em 2020, a campanha #estafaltandoverde, com propostas para uma reforma tributária sustentável no país, visando ajudar o Brasil a se recuperar da crise econômica de modo mais justo, com consciência ambiental e combate às desigualdades sociais.



Investidores pelo Clima. Dentro da temática finanças e economia de baixo carbono, também é válido ressaltar que novos atores se comprometeram formalmente com a iniciativa Investidores pelo Clima (IPC), que é liderada pela Sitawi Finanças do Bem, com o apoio do iCS e parcerias com CDP (*Carbon Disclosure Project*) e PRI (*Principles for Responsible Investment*). Este número de associados da plataforma vem crescendo substancialmente, o que indica maior interesse dos investidores profissionais em avançar na ação climática.

Lançado em 2019, o Investidores pelo Clima reúne um grupo plural de 23 participantes brasileiros, entre eles fundos de pensão, seguradoras e *family offices*, com um patrimônio sob gestão superior a R\$ 3 trilhões, segundo informado no site do IPC (mais que o dobro em relação a 2019, representa mais de 40% do mercado de capitais). Fazer parte do IPC significa uma oportunidade para receber suporte informativo e técnico sobre a descarbonização, oferecendo em contrapartida o relato dos avanços na gestão de riscos e oportunidades climáticas, à luz das diretrizes da Força-tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD). Os planos de expansão do IPC para 2021 incluem a atração de mais associados.



Diretrizes mais sustentáveis para concessão de financiamentos.

Ainda com relação à implementação de critérios ESG, é possível destacar também a inclusão de impactos climáticos, ambientais e sociais na avaliação de risco dos financiamentos de projetos de geração e produção de energia, no regramento ESG em elaboração pelo Banco Central do Brasil (BC) e nos instrumentos dos bancos de desenvolvimento, como o BNDES, bem como nas diretrizes dos principais bancos de varejo.

O Instituto Escolhas, o Sitawi Finanças do Bem, o *Carbon Disclosure Project* (CDP), entre outros parceiros do iCS, têm atuado na elaboração conjunta de novas diretrizes para uma série de empreendimentos, com representantes do Banco Central, BNDES, Febraban, Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e bancos de varejo, somando a essa frente atuações em uma série de reuniões para Estudos de Caso e Metodologia de Valoração dos Impactos ESG com todos esses atores.

Banco Central: boas práticas em favor do clima.

No caso do Banco Central, é auspicioso o fato de o banco ter se integrado à *Network for Greening the Financial System* (NGFS), uma rede constituída em 2017 que reúne mais de 80 instituições financeiras nacionais. Elas se voluntariam para compartilhar boas práticas e contribuir para o desenvolvimento da ação climática em seu segmento, além de mobilizar os principais atores do setor nos processos de transição para uma economia sustentável.

A participação do BC – estimulada pela SITAWI Finanças do Bem, um dos donatários do iCS, em parceria com a *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ) – é um passo importante para que o Brasil se mantenha alinhado com esta agenda. Como resultado inicial, o Banco Central já anunciou sua disposição de revisar regulamentos internos ao longo de 2021 e incorporar ao seu planejamento a pauta do clima, em conformidade com as recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (TCFD), uma força tarefa para divulgação dos riscos financeiros associados aos riscos climáticos.



Passo relevante para a renovação da matriz energética nacional.

O Comitê de Infraestrutura do Senado aprovou, em março o projeto de lei de reforma do sistema de energia que contém as principais diretrizes apoiadas pelo iCS. Uma das principais inovações é a divisão das concessionárias de eletricidade em dois negócios distintos: o de comercialização de energia e o de gestão de infraestrutura (separação fio-energia). Esse novo arranjo abre caminho para o livre mercado no setor de energia, com prevalência da competitividade das alternativas renováveis na matriz energética brasileira.

A sugestão de dividir as concessionárias de energia elétrica veio como uma contribuição direta do iCS e de seu beneficiário IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), que desenvolveram um estudo para quantificar o custo dessa tarefa, apresentando números que foram bem recebidos pelos principais interessados, incluindo ministérios, congressistas, as próprias empresas de serviços públicos e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que está avaliando a oportunidade de iniciar o processo de cisão por regulamento interno próprio.

Foram realizadas várias reuniões ao longo do ano com o Presidente e Relator do projeto no Senado Federal, Senador Marcos Rogério, com esforços concentrados em dezembro, para que o texto final pudesse ser aprovado no Senado Federal antes do fim de 2020 e para garantir posterior envio à Câmara dos Deputados no início de 2021.

Apesar das próximas etapas para a promulgação total da lei ainda estarem pendentes, uma vez que a pandemia do Covid-19 acabou por retardar todos os processos de votação não emergenciais no congresso, esse foi um importante primeiro passo na formalização da nova divisão das funções do setor, que – uma vez definitivamente implementada – certamente será um agente facilitador para o estímulo à propagação das fontes renováveis de geração de energia, como a solar e a eólica.

Por uma Zona Franca com regras renovadas.

Relacionada à questão da eficiência energética (EE), o Ministério da Economia (ME) apresentou uma proposta de revisão das regras da Zona Franca de Manaus à consulta pública aplicáveis aos equipamentos de ar condicionado. O ME é responsável pela avaliação de quem pode ou não produzir esses equipamentos dentro da zona de comercialização, e o novo sistema de pontuação traz dois aspectos de ação sugeridos pelo iCS e por alguns de seus parceiros (notadamente o Instituto Escolhas): o primeiro relacionado à flexibilização para ponderação do conteúdo nacional exigido para os componentes dos aparelhos; e o segundo é a inclusão de pontos para os fabricantes que produzirem equipamentos com alta eficiência energética (critério este que não existe no Processo Produtivo Básico – PPB, a regra adotada para produção na Zona Franca de Manaus). Um pouco antes do final do prazo, porém, o ME cancelou a consulta pública, alegando a necessidade de aprofundar as análises – e a pauta segue entre um dos focos de atenção em 2021, para que o processo seja em fim concluído.



Revisão na legislação otimiza mobilidade limpa nos municípios.

No Congresso Nacional, uma iniciativa do parceiro IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) – que aderiu à articulação junto à Confederação Nacional de Municípios (CNM) para a revisão da lei federal 14.000/20 – resultou em melhorias e na extensão de prazo para a elaboração de planos de mobilidade dos municípios. A revisão das alterações relacionadas aos planos de mobilidade foi feita de forma a contemplar soluções mais compatíveis com a agenda do clima. Como resultado, foram incluídos procedimentos para melhorar a clareza e transparência dos municípios obrigados a realizar Planos Municipais de Mobilidade e foram ampliadas fontes de financiamento, a partir da possibilidade de uso de recursos da Ouvidoria-Geral da União (OGU), para auxílio na realização dos planos.





Agronegócio sustentável: reação à tendência global.

Um dos portfólios que mais apresentou avanços na esfera geopolítica foi o do Uso da Terra. Primeiramente no nível nacional, com a divulgação do Ministério da Agricultura de seu modelo anual de financiamento agrícola (Plano Safra 2020/2021), que considerou um aumento de investimentos na linha orçamentária da agricultura de baixo carbono, de valor superior à meta inicial estipulada, com elevação de R\$ 408 milhões, no comparativo com o ano anterior.

Tal aumento tem se provado acertado, uma vez que, menos de seis meses após o lançamento do plano, 75% desta linha orçamentária já foram consumidos, contribuindo significativamente para que o Brasil amplie a adoção de tecnologias de baixa emissão na agricultura, aumentando, por consequência, o valor agregado de suas commodities no mercado global.

Esse resultado envolve o engajamento e o apoio técnico de alguns dos donatários do iCS, como a Coalizão Brasileira sobre Clima, o Florestas e Agricultura, a Agroicone e o Climate Policy Initiative (CPI).

Esses parceiros vêm desenvolvendo conceitos e exercendo constante pressão junto ao governo pela adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis, bem como pelo aumento de crédito rural vinculado à preservação ambiental e em estreito alinhamento com o Código Florestal.

Além de ampliar o volume de recursos, a linha do ABC no Plano Safra também reduziu as taxas de juros (que antes variavam entre 5,25 e 7% e agora estão entre 4,5 e 6%). O Inovagro, uma linha de crédito destinada a tecnologias inovadoras em propriedades rurais, também recebeu um acréscimo de R\$ 500 milhões em relação a 2019, e sua taxa de juros caiu de 7% para 6%, o que contribui para o fomento e a adoção das melhores práticas agrícolas.

Bloqueio europeu a produtos brasileiros oriundos de áreas desmatadas.

Considerando ainda os resultados do ano, é importante lembrar que que indústrias de alimentos e varejistas europeus subiram a barra em relação aos produtos brasileiros e anunciaram a intenção de bloquear importações de áreas desmatadas a partir de 2021. Na mesma linha de ação, com relação às cadeias agroalimentares globais, a COFCO – um dos principais grupos de agronegócios da Ásia – também se comprometeu a melhorar a rastreabilidade e reduzir o desmatamento de seus fornecedores. Os governos

do Reino Unido e da União Europeia têm buscado aprimorar os referenciais legais para evitar a importação de produtos associados ao desmatamento, conforme as proposições recentes de novas legislações.

Inclusive, um dos parceiros do iCS, o Imaflora – através do projeto Boi na Linha – está trabalhando diretamente para melhorar os compromissos e avaliações da cadeia de abastecimento de carne bovina, através da implementação de um Protocolo de Monitoramento que possa ser usado como referencial para que empresas que abatem e processam carne de gado produzida na Amazônia cumpram seus compromissos sociais e ambientais, sejam eles firmados por meio dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) com o Ministério Público Federal, sejam por políticas privadas assumidas publicamente.

O iCS tem apoiado um processo de consulta e de troca de informações continuada com stakeholders nacionais e europeus em temas como o Acordo Mercosul-UE e o desenvolvimento sustentável da Amazônia. O IPAM, o Imazon e o Cindes, por meio do Observatório de Comércio e Ambiente na Amazônia (OCAA), tem trabalhado a fim de garantir a consideração dos princípios de proteção ambiental e de salvaguardas necessárias à celebração do Acordo entre os blocos, por exemplo.





Brasil e o Acordo de Paris. No âmbito internacional, e na linha do combate a retrocessos, uma das ameaças do governo atual no Brasil era a saída do país do Acordo de Paris firmado em 2015, a exemplo do caminho adotado pelos Estados Unidos durante o governo anterior de Donald Trump. A gestão atual inclusive já desmantelou diversos espaços relacionados ao clima, incluindo a desistência em sediar a COP25, que acabou sendo realizada por Chile e Espanha, em 2019. Vários parceiros do iCS trabalharam fortemente para prevenir e evitar esse contratempo, em um esforço contínuo para manter o debate climático presente e ainda ativo no âmbito federal.

Diante dos equívocos e, em alguns casos, da omissão do Poder Executivo em relação às temáticas ambientais, o Congresso Nacional tem sido fundamental para reafirmar os compromissos políticos e jurídicos do país com a proteção do meio ambiente. Tornam-se cada vez mais visíveis os projetos de lei relevantes para a agenda climática, com oportu-

nidades para campanhas e espaços de defesa, que estão sendo aproveitados por parceiros do iCS.

O Instituto tem apoiado, por exemplo, a capacitação da Frente Parlamentar do Meio Ambiente em questões como a reforma tributária e seus impactos ambientais; o parceiro Pulso Público, em conjunto com o iCS tem monitorado as questões do Congresso e disponibilizado dados de inteligência para outras organizações da sociedade civil; e o parceiro IESP desenvolveu o Observatório Legislativo Brasileiro (OLB), uma plataforma online que classifica como os legisladores votam em temas específicos, incluindo as pautas sobre as mudanças climáticas.



Brasil sem protagonismo na discussão global. Por conta da gestão política atual, o Brasil vem perdendo sua influência internacional e foi inclusive excluído da lista de países convidados a participar da Cúpula da Ambição do Clima 2020, após uma tentativa do governo de alterar os dados básicos para uma nova proposta do NDC do Brasil. O evento, uma preparação para a próxima COP, prevista para novembro de 2021, foi realizado virtualmente no dia 12 de dezembro de 2020, e marcou o quinto aniversário da adoção do histórico Acordo de Paris, reunindo mais de 70 líderes de estado, além de lideranças de empresas, instituições financeiras e organizações relevantes da sociedade civil.

Apesar desse capítulo comprometedor na trajetória do país envolvendo as questões climáticas, o iCS acompanhou apresentações governamentais durante a Cúpula, compartilhando informação com diversos atores nacionais e internacionais.

Cidades engajadas com o Carbono zero.

Independente da agenda federal, as cidades de São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro e Salvador se comprometeram a atingir a emissão líquida zero até 2050, e desenvolveram ao longo de 2020 seus planos de ação climática para alcançar essa meta. São exemplos que confirmam a importância de fomentar e aprofundar o engajamento subnacional na agenda climática. São Paulo, Curitiba e Salvador já lançaram oficialmente seu plano, com a aprovação da rede C40, que congrega 40 cidades no mundo todo em prol da recuperação climática.

Os planos climáticos das cidades mostram ambição inclusive maior do que a apresentada pelo governo federal em seu novo PAD 2020 (com emissões líquido zero até 2060). O iCS tem apoiado diretamente esses planos, e também tem campanhas realizadas no âmbito da Plataforma Subnacional que têm ajudando a aumentar a pressão por metas mais ousadas por parte de atores locais.



Resultados de 2020

LISTA COMPLETA DOS RESULTADOS MAIS RELEVANTES IDENTIFICADOS EM 2020, PARA OS QUAIS HOUVE A CONTRIBUIÇÃO, DIRETA OU INDIRETA, DO ICS E/OU DE SEUS PARCEIROS.

ENERGIA



1. A Justiça Federal, por meio da 9ª Vara Federal de Porto Alegre, determinou a suspensão do processo de licenciamento ambiental de uma nova mina de carvão (Mina Guaíba) (também um resultado de Direito e Clima).
2. O projeto de reforma do sistema elétrico foi aprovado pela Comissão de Infraestrutura do Senado, com as concessionárias de energia elétrica passando a estar divididas em comercialização de energia e gestão de infraestrutura, com incentivo a investimentos no setor de energias renováveis e fortalecimento do mercado de energias distribuídas.
3. 52 projetos foram submetidos à Certificação de Energia Zero do GBC (Green Building Council) em todo o país, resultando em 7.586.503,23 KW/h por ano de geração de energia renovável para suprir o consumo anual equivalente a 7.181.054,23 KW/h.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA



4. O Ministério da Economia apresentou proposta de revisão das regras da Zona Franca de Manaus aplicáveis a equipamentos de ar-condicionado, incluindo um novo sistema de medição pró-EE.
5. O INMETRO publicou a Portaria 234, estabelecendo critérios mais rigorosos para a classificação de equipamentos de ar-condicionado residencial, resultando em uma redução de 21,5 MT nas emissões de CO2 até 2025.
6. O novo selo de endosso do Procel para equipamentos de ar-condicionado aumentará significativamente a capacidade dos consumidores de escolher modelos ambientalmente mais adequados.
7. A Prefeitura de Florianópolis passou a adotar uma ferramenta de baixo custo que permite ao município monitorar o consumo de energia elétrica e de água de cada prédio público e tomar decisões mais eficientes.
8. Os recursos do Programa de Eficiência Energética continuarão a ser alocados para a eficiência energética, mesmo que tenha havido uma tentativa do Governo atual de propor uma Medida Provisória que desviava esses recursos para fins não relacionados à EE.

TRANSPORTE



9. Crescimento significativo do campo das organizações da sociedade civil que trabalham com a agenda da qualidade do ar.
10. Aprovação da Lei Federal 14000/20, que estabelece mais claramente a obrigação dos municípios de construir seus Planos Municipais de Mobilidade, com prazos e oportunidades de financiamento.
11. O Ministério Público Federal (MPF) apresentou recomendação formal ao Ministro do Meio Ambiente contra a postergação de regras mais rígidas de controle de poluentes.
12. Foram aprovadas, no Rio de Janeiro, duas Leis Complementares que favorecem a mobilidade urbana (LC 184/18 e LC 8.479/19).
13. Aprovação da Lei Municipal nº 17.322 / 2020 da cidade de São Paulo, o primeiro normativo no Brasil que regulamenta e incentiva a logística de bicicletas.
14. Aprovação da Lei 11.181/19, Plano Diretor de Belo Horizonte que estabelece a meta de redução de 20% das emissões de GEE associadas à mobilidade per capita, em relação à linha de tendência das emissões.
15. O comitê paulista de renovação da frota de ônibus publicou um plano com um número maior do que o esperado de ônibus elétricos para substituir os similares movidos a combustíveis fósseis.
16. A COMFROTA, comitê gestor da substituição da frota por transporte mais limpo de São Paulo, retomou seus trabalhos após quase um ano de inatividade.
17. Empresas de trens e metrô do Estado de São Paulo (Metrô e CPTM) estão analisando, com o Banco Mundial, formas de incluir um novo modelo de benchmark para bicicletários, como referência em novos processos de compras públicas.
18. A Socicam, empresa que opera bicicletários em terminais rodoviários da cidade de São Paulo, passou a monitorar o controle de acesso aos mesmos, qualificando formas de fazer o repasse de informações para a SPTrans.

USO DA TERRA E SISTEMAS ALIMENTARES



19. As organizações indígenas mantiveram sua capacidade de denunciar a situação dos grupos tradicionais durante a pandemia de Covid-19.
20. Organizações da sociedade civil e partes interessadas do setor privado têm efetivamente se envolvido e construído um campo de bioeconomia e economia florestal.
21. O Congresso abandonou as negociações para a aprovação do MP910, que legalizaria áreas invadidas e desmatadas ilegalmente, principalmente na Amazônia (expirado em maio).





22. O Decreto nº 10.424, promulgado em julho de 2020, proibiu o fogo por 120 dias em todo o território nacional.
23. Congresso Nacional aprovou projeto de lei que cria a Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais (PNPSA).
24. Supermercados europeus anunciaram que, após 2020, imporão bloqueios à soja proveniente de áreas brasileiras desmatadas.
25. O Governo do Estado do Pará – maior emissor de GEE devido ao desmatamento – publicou a Política Estadual de Mudanças Climáticas do Pará, criou uma força-tarefa de combate aos crimes ambientais e estabeleceu o plano estadual “Amazônia Agora”, de combate ao desmatamento.
26. O Ministério da Agricultura publicou o “Plano Safra” aumentando em R\$ 408 milhões a linha orçamentária para a agricultura de baixo carbono.

POLÍTICA CLIMÁTICA E ENGAJAMENTO



27. O Brasil permaneceu no Acordo de Paris, apesar das ameaças do atual governo de retirar o país do acordo.
28. Por meio do Congresso, o Brasil ainda se mantém reafirmando os compromissos políticos e jurídicos do país com a proteção ambiental.
29. Negociações para a conclusão do Acordo entre a União Europeia e o Mercosul, que poderia aumentar a tendência do desmatamento, estão suspensas.
30. O Brasil foi excluído da lista de países convidados para participação na Cúpula da Ambição do Clima 2020, após tentativa do atual governo de alterar os dados básicos para uma nova proposta do NDC.
31. São Paulo, Curitiba, Rio de Janeiro e Salvador estão comprometidos em atingir a emissão líquida zero até 2050.
32. Governadores de 11 estados brasileiros formalizaram seu engajamento em uma recuperação econômica “verde” no Brasil.
33. 13 prefeitas se comprometeram a realizar inventários de GEE e a criar planos de ação climática, ao assinarem o Pacto de Prefeituras pelo Clima e Energia no início de 2020.
34. 20 líderes subnacionais que apoiam a agenda do clima urbano foram reeleitos.
35. Os grupos religiosos melhoraram seu envolvimento na agenda do clima e forneceram aos seus grupos informações e orientação em alinhamento com suas crenças.

DIREITO E CLIMA



36. Oito processos climáticos foram abertos exigindo a responsabilização da União em ações contra as mudanças climáticas.
37. As organizações da sociedade civil se engajaram e construíram efetivamente um campo de litígio climático.
38. O Supremo Tribunal Federal do Brasil, pela primeira vez na história, abordou a questão das mudanças climáticas em audiências públicas sobre o Fundo Clima e o Fundo Amazônia.
39. A Justiça brasileira bloqueou a revogação de várias normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).
40. A Justiça Federal, por meio da 9ª Vara Federal de Porto Alegre, determinou a suspensão do processo de licenciamento ambiental de uma nova mina de carvão (Mina Guaíba) (também resultado de Energia).

ECONOMIA DE BAIXO CARBONO



41. O Banco Central do Brasil passou a fazer parte do Network for Greening the Financial System (NGFS), aumentando sua exposição do BC às boas práticas relacionadas à mudança climática.
42. O Ministério da Economia e o Banco Central expressaram publicamente apoio ao estabelecimento de regulamentações para o mercado de carbono.
43. 18 ex-ministros da Fazenda e ex-presidentes do Banco Central formalizaram seu engajamento na iniciativa do iCS de apoiar a transição para uma economia de baixo carbono, consolidando uma convergência necessária para o futuro do país.
44. Novos investidores se comprometeram formalmente com a Investors for the Climate, composta por um grupo de gestores de ativos brasileiros, que agora alcança mais de R\$ 3 trilhões de AuM (46% do Mercado de Capitais), assumindo o compromisso de atuar em linha com diretrizes do TCFD (Task Force on Climate-related Financial Disclosures).
45. Uma carta pública assinada por 70 CEOs brasileiros de empresas renomadas pressionou o governo a parar o desmatamento ilegal.
46. Os três maiores bancos privados do país (Itaú Unibanco, Bradesco e Santander) lançaram um plano conjunto para promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia.
47. O Índice de Resiliência Climática (ICDPR-70) desenvolvido pelo CDP foi listado pela B3, como referência para investidores no desenvolvimento de produtos, considerando o risco climático.
48. O Brasil bateu o recorde de emissão de títulos e empréstimos verdes ou sustentáveis, com mais de R\$ 15 bilhões, em 2020.





6

Trilhas de Parceria





TRILHAS DE PARCERIA

Desde o início das suas atividades, o iCS vem estabelecendo uma importante rede de parcerias com a qual celebra os créditos pelas conquistas e avanços relacionados à agenda do clima.

Entre os integrantes desta rede, estão os financiadores, em sua maioria, grandes organizações filantrópicas nacionais e internacionais dispostas a oferecer suporte a projetos que contribuam para a aceleração da ação climática no Brasil.

Em um desdobramento de grande potência, a rede inclui também centenas de parceiros, que, a partir de suas respectivas linhas de atividade ou especialidades, são integrados aos portfólios do iCS. Por meio deles, inúmeros projetos são

realizados, o que permite ao Instituto injetar força em determinadas causas e fortalecer a capilaridade da atuação em diversas frentes.

Finalmente, em associação com esses dois grupos – financiadores e donatários – entra o time do próprio iCS, para movimentar a rede, fazer conexões, desenvolver projetos próprios e manter a interlocução com governos, academia e outros entes que se vinculam ao trabalho do Instituto.

Em 2020, mesmo com a pandemia, essa rede foi dinamizada. Sem sombra de dúvida, à paralisação imposta pela crise sanitária e econômica correspondeu um posicionamento atento, por parte

do iCS e de seus parceiros. As adversidades impostas foram superadas, por exemplo, com criatividade para introduzir novos formatos de ação e redobrar a capacidade para responder rapidamente aos desafios que pudessem comprometer a evolução das pautas pró-clima.

Esse crescimento se traduziu em grandes números. Uma prévia dos dados que atestam a dimensão de toda a mobilização ocorrida no ano pode ser acompanhada a seguir. Mas, é bom destacar que o detalhamento dos dados estará disponível mais adiante, na parte 8 deste relatório.

AUMENTO DE **58%** DA RECEITA EM COMPARAÇÃO COM ANO ANTERIOR

AUMENTO DE **149%** NO VOLUME DE DOAÇÕES

136 DOAÇÕES NO ANO: AUMENTO DE **39%** NO NÚMERO DE DOAÇÕES





PARCEIROS

Graças ao apoio oferecido pelos financiadores, aumentamos o número de doações concedidas. Em 2020, no contexto específico da ação climática, 136 doações foram formalizadas pelo iCS, alcançando 101 instituições, sendo a maioria absoluta (65%) representada por organizações da sociedade civil (OSCs).

Entre os 101 donatários apoiados em 2020, 48 receberam recursos do iCS pela primeira vez, mostrando uma capacidade do Instituto de criar novas relações, o que é essencial para o avanço da agenda do clima. Ao levar em conta as entregas desses parceiros é possível identificar a oferta de um amplo conjunto de produtos e serviços que podem contribuir para o fortalecimento do cenário de redução das emissões de GEE e promoção da resiliência em relação à mudança climática. Em 2020, um total de 580 entregas resultantes das parcerias foram

mapeadas pelo iCS, com destaque para a produção de conhecimento (por meio de documento de referência, pesquisa e capacitação); a abertura de novos espaços de diálogo sobre clima e desenvolvimento; o encaminhamento de campanhas e narrativas estratégicas sobre a agenda do clima; o aprimoramento das práticas de litigância; a conexão dos debates nacionais e internacionais sobre o clima; além do próprio fortalecimento institucional dos parceiros.

Ao longo do último ano, além das doações relacionadas ao clima, outras 32 organizações também foram contempladas com recursos emergenciais por conta da pandemia, e puderam trabalhar pela garantia de segurança alimentar e manutenção de condições básicas de saúde de comunidades menos favorecidas.

Pesquisa de Percepção dos Parceiros

Os critérios de trabalho do iCS e sua função essencial vem sendo percebidos com clareza cada vez maior por seus parceiros. Uma pesquisa recente conduzida junto a esse público revelou que há uma compreensão mais ampla do Instituto, assim como de seus pensamentos, suas estratégias e prioridades em relação a iniciativas voltadas ao combate de mudanças climáticas e a promoção da justiça social.

Os parceiros apontaram também indícios de modernização nos processos operacionais, em uma perspectiva do bom curso de desenvolvimento do Instituto, no comparativo entre 2017, data da pesquisa anterior, e 2020.

Com 157 organizações participantes, a pesquisa revelou atributos do iCS relacionados à responsividade, transparência nas relações com seus parceiros e capacidade de compreender a realidade, desafios e os objetivos das organizações com quem estabelece parcerias. Mais ainda: o Instituto não teve seu papel associado somente à tarefa de intermediador de apoio financeiro – 91% dos donatários apontaram que recebem outros tipos de apoio do iCS, além do suporte em forma de valores monetários. Ademais, o iCS foi reconhecido com um agente de transformação, que impacta positivamente a agenda da mudança climática, por meio de seus parceiros, mas também através de uma atuação própria e institucionalmente forte.





PAINEL DE PARCEIROS ATIVOS EM 2020*

PORTFÓLIO USO DA TERRA E SISTEMAS ALIMENTARES

PORTFÓLIO POLÍTICA CLIMÁTICA E ENGAJAMENTO

PORTFÓLIO TRANSPORTE

INICIATIVA AMAZÔNIA URBANA

PORTFÓLIO ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

PORTFÓLIO ENERGIA

OPORTUNIDADES

* Quadro de parceiros ilustra todos os contratos ativos em 2020 (incluindo os contratos de anos anteriores ainda vigentes).



FINANCIADORES

Em 2020, 21 diferentes investidores aportaram recursos em apoio ao iCS, contra 14, em 2019. Além do aumento do número de financiadores, houve também o crescimento dos valores disponibilizados. O valor total foi de R\$ 65,2 milhões, um número acima da meta de captação de fundos prevista na estratégia definida em 2016.

Diferentemente da maioria das organizações que concedem doações, o iCS não possui um fundo patrimonial próprio. iCS recebe dois tipos de apoio. O de natureza institucional viabiliza o conjunto das atividades, oferece estabilidade e flexibilidade, para que possa ser desenvolvida a estratégia aprovada pelo conselho do Instituto. Há também apoio a projetos e programas específicos.



APOIO INSTITUCIONAL



APOIO A PROJETOS E PROGRAMAS ESPECÍFICOS





Agradecimento aos financiadores

O Instituto agradece às fundações CIFF, Hewlett, Oak, IKEA, Open Society e ClimateWorks, que forneceram apoio institucional ao iCS em 2020, e à Quadrature, que, no final de 2020, formalizou apoio institucional para os próximos anos.

Outro agradecimento é dirigido aos financiadores que, em 2020, nos asseguraram doações para projetos específicos. Neste rol, incluem-se a Embaixada da Alemanha, que possibilitou a série de eventos Diálogos Futuro Sustentável; a Mott Foundation, com apoio ao projeto Roraima Renovável; a CLASP, presente no trabalho com eficiência energética de refrigeradores; a Foundation for International Law for the Environment, com suporte essencial para a área de Direito e Clima; a Agora Energiewende, que facilitou a incubação do Instituto E+; a European Climate Foundation (ECF) e a Climate Emergency Collaboration Group (CECG) (por meio da Rockefeller Philanthropy Advisors) que abriram importantes conexões internacionais em política climática; a Bloomberg (através da ClimateWorks) no facilitação do trabalho com atores sub-nacionais; e o Walmart, no projeto MapBiomass.

Algumas organizações, além do apoio institucional, também têm viabilizado a condução de projetos específicos. Casos da Oak, com recursos para emergências e respostas rápidas, da ClimateWorks, que apoia o Projeto Kigali, a atuação do iCS no tema de emissões marítimas, e a realização de uma pesquisa de opinião sobre mobilidade; e também da IKEA, que possibilitou um trabalho incipiente de observatórios locais de políticas públicas na Amazônia.

Ainda na Amazônia, João Moreira Salles e Walter Moreira Salles têm propiciado um apoio essencial às organizações ali atuantes. Soma-se a este esforço, a participação da Rainforest Alliance, com manutenção de apoio ao combate às queimadas, e de mais duas organizações – Humanize e Arapyauá –, que firmaram parceria com o iCS para apoiar o trabalho conjunto de estados amazônicos.



EQUIPE iCS

Desde março de 2020, a equipe do iCS, atualmente composta por 27 colaboradores se mantém em atividade remota. A nova dinâmica exigiu uma série de ajustes no dia a dia, não apenas para a manutenção das rotinas entre os próprios funcionários, como também para o relacionamento com parceiros. Paradoxalmente, foi preciso garantir máxima proximidade na distância, de modo especial com os donatários, a fim de tranquilizá-los quanto ao encaminhamento dos projetos, manutenção dos recursos

e outras garantias, independentemente da situação de instabilidade provocada pela pandemia.

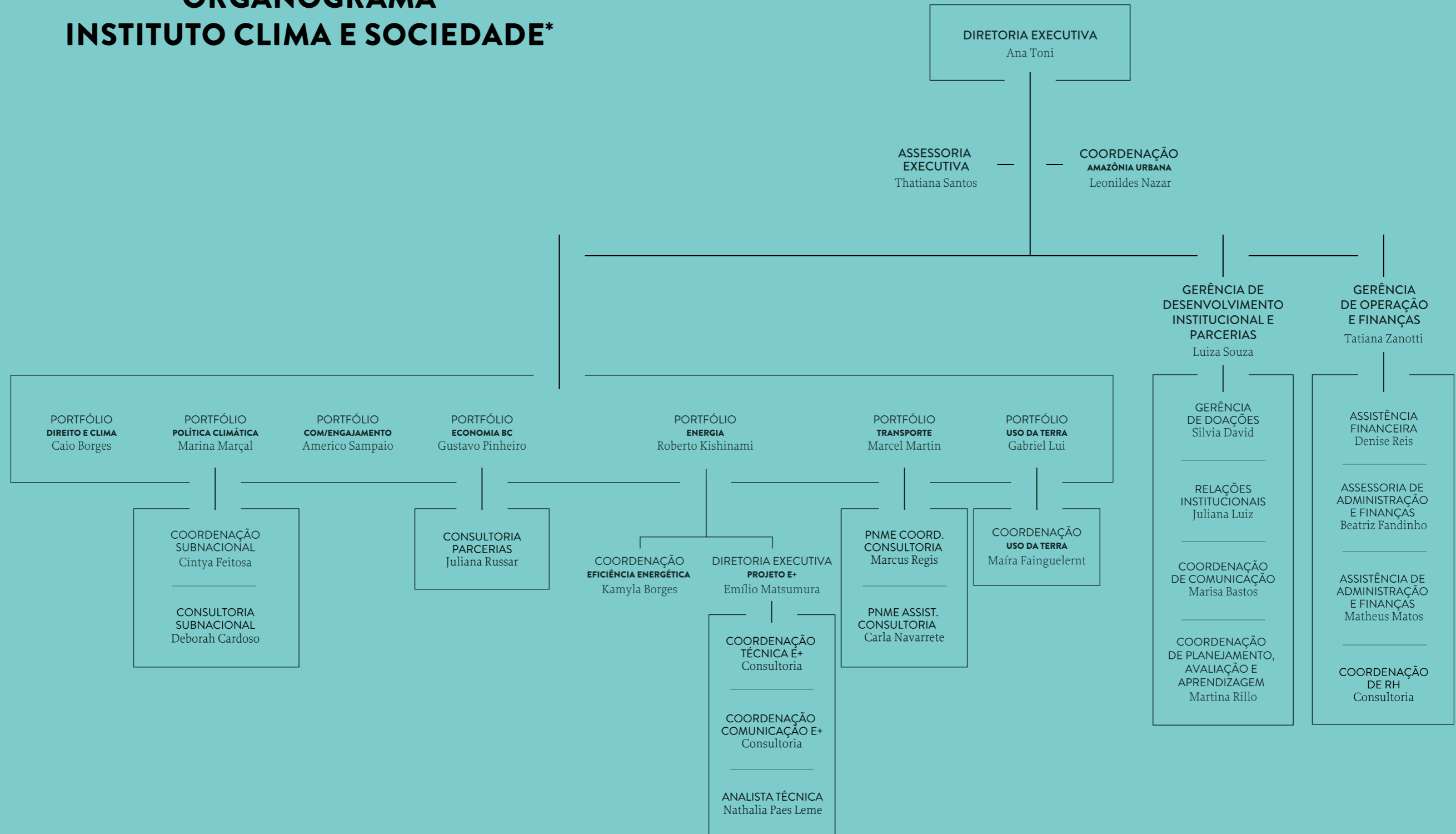
Entre as atualizações feitas no time vale mencionar as contratações de Emílio Matsumura, para ocupar a posição de Diretor Executivo do Instituto E+ Transição Energética (um dos projetos especiais do iCS), e de Matheus Matos para apoiar o Departamento de Finanças e Operações. As movimentações de Cintya Feitosa, que assumiu a coordenação da Plataforma Subnacional, iniciativa do

Portfólio de Política Climática; de Deborah Cardoso, na área de comunicação e engajamento da Plataforma Subnacional; e de Martina Rillo que, dentro da Gerência de Desenvolvimento Institucional e Parcerias, cuida da área de Planejamento, Avaliação e Aprendizagem. E, finalmente, a chegada de Marina Marçal, no lugar de Alice Vogas, como Coordenadora do portfólio de Política Climática; e o retorno de Leonildes Nazar, liderando a iniciativa Amazônia Legal Urbana.

As mudanças devem prosseguir em 2021, com a abertura dos novos cargos de Diretor programático e Diretor Digital e de Inovação, conforme previsto no planejamento estratégico. Há planos também para a ampliação de todos os departamentos, a fim de acompanhar o crescimento do Instituto e melhorar o atendimento aos públicos interno e externo. Eventuais novas contratações levarão em conta o compromisso do iCS com a diversidade e o estímulo à inclusão de representantes das minorias na equipe.



ORGANOGRAMA INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE*



7

Desafios para os próximos anos





DESAFIOS PARA OS PRÓXIMOS ANOS

O foco do iCS para os próximos dois anos é seguir no trabalho de resistência à tentativa de desmonte do escopo regulatório socioambiental vivido pelo Brasil, e, ao mesmo tempo, atuar na defesa e o monitoramento dos avanços e conquistas obtidos em 2020, ao lado de donatários e parceiros.

Em paralelo, o Instituto trabalhará pela proteção de comunidades e de instituições, em uma frente devidamente casada com investimentos na construção de lideranças e no fortalecimento de instrumentos-chave que possam permitir ao Brasil atender o compromisso do carbono líquido zero em 2050.

Assim podem ser resumidas as prioridades do iCS para os próximos dois anos. Como decorrência da pandemia e do cenário de instabilidade social e política do Brasil, o Instituto estabeleceu, com aprovação de seu Conselho, que o planejamento da entidade, a partir de 2020, fosse feito de forma a contemplar apenas o próximo par de anos à frente.

Espera-se que, desta forma, o Instituto tenha margem para adaptação e adequação de seu posicionamento e de suas ações, mantendo-se cada vez mais alinhado com a realidade e, consequentemente, com as condições conjunturais, que impactam seus portfólios de trabalho. Portanto, o próximo planejamento alcança o biênio – 2021/2022 – e não mais um período de cinco anos.

Contribuirão para uma ação robusta, os ajustes programáticos já feitos nos portfólios em 2020. Exemplos disso são as carteiras de Uso do Solo – com uma atualização voltada à garantia de cobertura das ações relacionadas ao desmatamento, às queimadas e outras crises ambientais que atingiram o país em 2020 – e também em Ener-

gia, com uma nova estratégia para o gás natural, a fim de evitar, entre outras medidas, a instalação, no Nordeste, região com alto potencial de geração de energia renovável, de usinas a GNL, comprometendo a meta brasileira para o carbono neutro.

Nesta mesma linha de atualizações que visam dar maior solidez à trajetória do iCS, vale mencionar mais algumas atualizações: o portfólio de Direito e Clima, incrementado em sua transversalidade, atravessando campos diversos, enquanto Comunicação e Engajamento está em vias de se constituir como um novo portfólio, e os eixos relativos a sistemas alimentares migraram para uma nova iniciativa.

De forma objetiva e bem calculada, o Instituto define seus passos, considerando sempre que em termos de sustentabilidade, responsabilidade social e desenvolvimento a longo prazo, os exemplos devem partir, primeiramente, de dentro de casa. Assim, será possível inspirar parceiros e, ao mesmo tempo, definir referências para a condução da ação climática a partir da filantropia.





8

Números que refletem
a ação do iCS em 2020



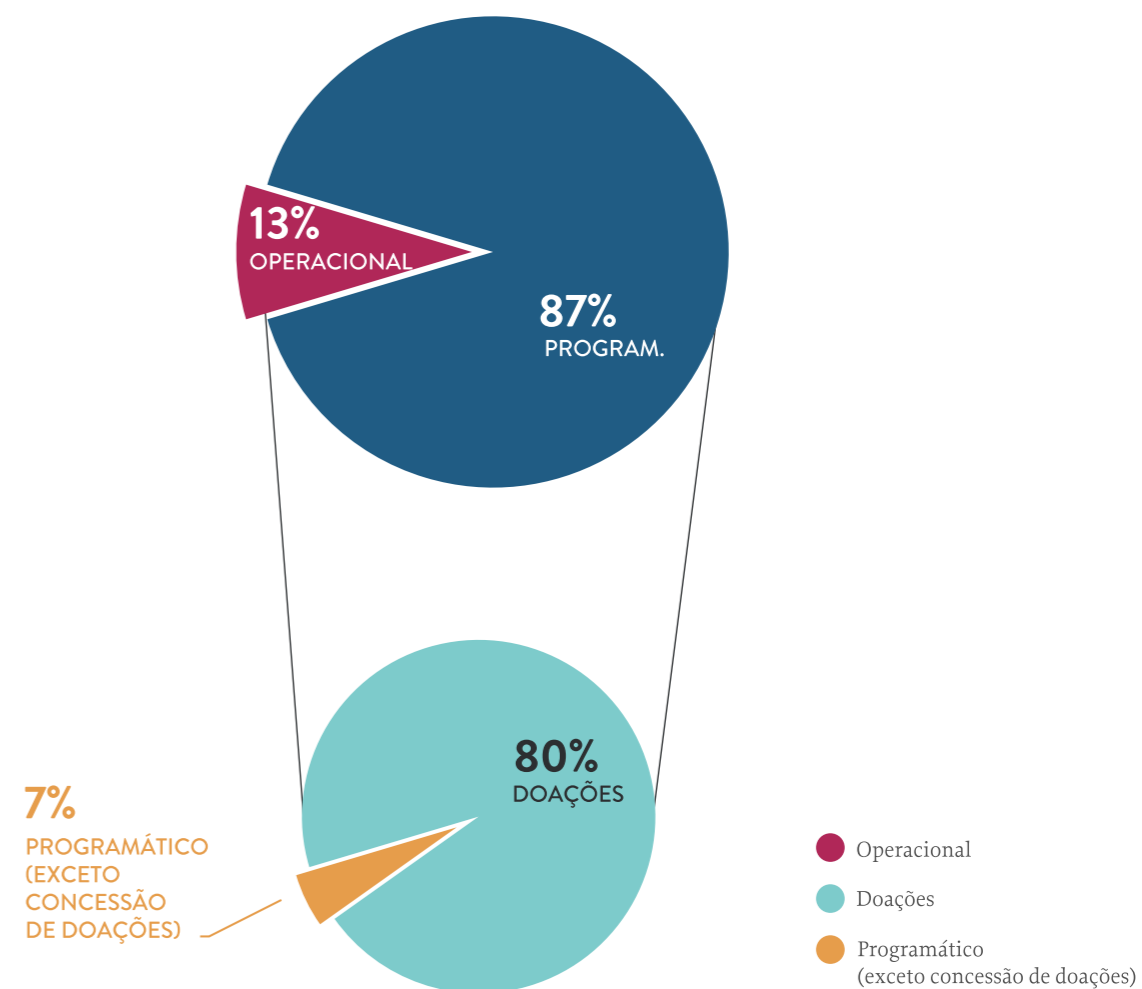


NÚMEROS QUE REFLETEM A AÇÃO DO ICS

A seguir, estão relacionados alguns dos grandes números referentes à atuação do iCS. Cabe frisar o empenho – financeiro, especialmente – do Instituto em privilegiar o foco programático na condução de sua atividade filantrópica executada, em 2020, a partir do orçamento de R\$ 65,2 milhões. É preciso ressaltar que a execução orçamentária do Instituto passa, anualmente, pela verificação de auditores independentes. Em 2020, a exemplo do que ocorreu nos demais exercícios, os números do iCS obtiveram aprovação integral, podendo ser acompanhados em detalhes no Demonstrativo Financeiro disponível em nosso site.

[DEMONSTRATIVO FINANCEIRO](#)

DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2020



- Operacional
- Doações
- Programático (exceto concessão de doações)



EVOLUÇÃO DE PARCERIAS

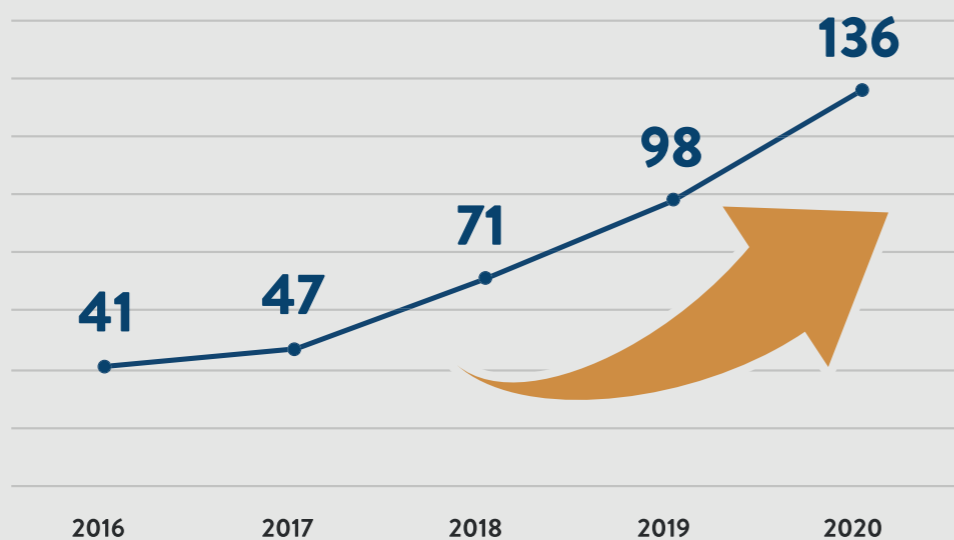
Na sequência, serão abordadas informações que detalham, em termos numéricos, o desempenho do ICS e o alcance da sua ação filantrópica. Em 2020, a atuação do Instituto foi ampliada e uma referência deste avanço foi o aumento do número de doações efetuadas, ao lado da também expressiva ampliação do número de financiadores. Observa-se que, em 2020, foram 21 no total, um aumento de 50% no número de financiadores, quando comparado aos 14 financiadores elencados em 2019.

Ao longo do ano, 136 doações foram aprovadas pelo iCS, o que representou um aumento de 39% em relação a 2019, quando 98 foram autorizadas. No ano da pandemia, 101 organizações se beneficiaram desse apoio, sendo que algumas delas receberam mais de uma doação neste período.

Com relação à distribuição das doações, verifica-se que a maior parte delas esteve concentrada no portfólio Uso da Terra e Sistemas Alimentares (60%). Na sequência, os outros destaques foram os portfólios de Política Climática e Engajamento, com 13% das doações, e Transporte, com 9%. O gráfico demonstra ainda que a iniciativa Amazônia Urbana, criada para fortalecer a agenda climática e socioambiental das cidades da região Amazônica, também foi contemplada.

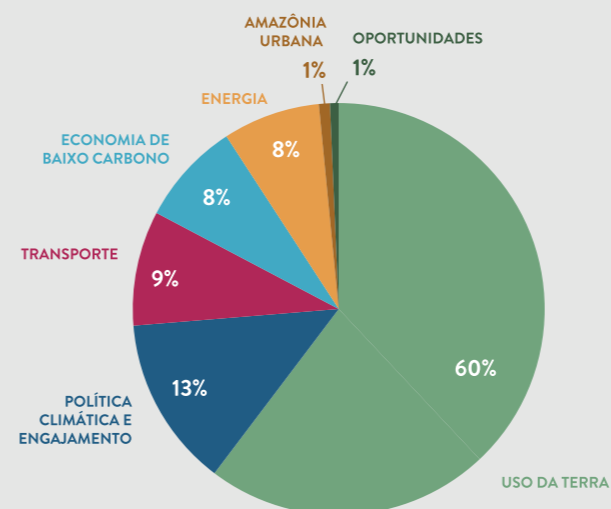
Quando se considera os parceiros beneficiados, é possível comprovar uma prevalência de organizações da sociedade civil, mantendo uma tendência verificada nos últimos anos e coincidindo com a missão essencial do iCS de fortalecê-los na trilha da ação climática.

NÚMERO DE DOAÇÕES AO LONGO DOS 5 ANOS DO ICS*

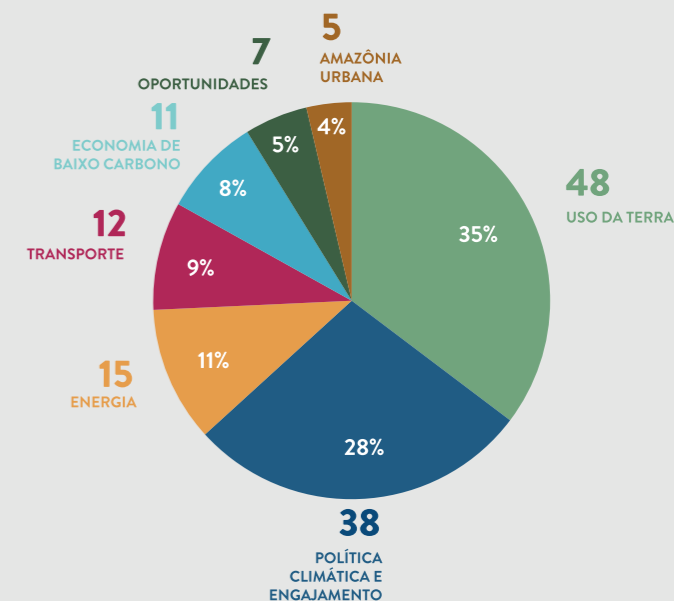


* Os dados das doações apresentados aqui não incluem as doações concedidas exclusivamente para atendimento dos impactos gerados pela pandemia da Covid-19.

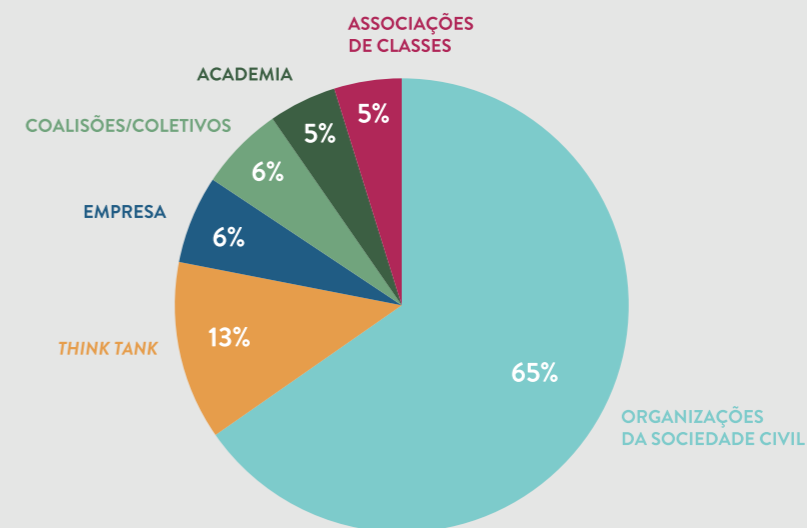
DIVISÃO DOS VALORES DOADOS POR PORTFÓLIO/INICIATIVA - 2020



NÚMERO DE DOAÇÕES POR PORTFÓLIO/INICIATIVA - 2020



PERCENTUAIS DE DOAÇÃO POR TIPO DE ORGANIZAÇÃO - 2020





PENSAR EM
Mudança

**A MUDANÇA QUE QUEREMOS
PARA O PLANETA COMEÇA EM NÓS.**

Compartilhar um mesmo mundo

Com mais respeito ao planeta

Construir uma nova realidade

Com mais empatia pelo próximo

Viver um novo tempo

Com foco na construção de um futuro sustentável

PARA SER PARTE DA MUDANÇA

Engajamento com as causas do iCS

Você também pode ser um agente de transformação da sociedade e apoiar o Instituto Clima e Sociedade na promoção de relações mais harmônicas entre os diversos segmentos da sociedade e com o planeta. Seja um colaborador ativo da crescente comunidade do iCS envolvida nas questões emergenciais do clima e empenhada na construção de uma sociedade menos poluente, ao mesmo tempo que mais justa e igualitária para todos. Seja como financiador, como doador, participando de eventos e atividades ou compartilhando iniciativas e ideais do Instituto.

ENTRE EM CONTATO

Você pode encaminhar seus projetos para análise e viabilizar doações, desde que estejam em linha com nossos portfólios. Conheça nossos objetivos e metas para cada um dos portfólios em nosso site:

WWW.CLIMAESOCIEDADE.ORG

NOSSOS CONSELHOS

O iCS atua sob a supervisão de um Conselho Deliberativo composto por profissionais diversos. Presidido por Ana Yang, consultora sênior da Hoffmann Centre on the Sustainable Resource Economy (Chatham House) e pós-graduada em Social Policy and Development pela London School of Economics and Political Science (LSE). Conta também com as participações da PHD e bióloga Adriana Moreira, dos economistas, Gabriel Visconti e Lucas Assunção, da doutora em engenharia ambiental, Marilene Ramos, da mestre e doutora em Teoria do Estado e Direito Constitucional, Thula Pires, e do vice-presidente Rodrigo Fiães, economista também formado pela London School of Economics and Political Science (LSE).

No Conselho Fiscal, o iCS conta com a colaboração da economista Helena Penna e do diretor da R&R Auditoria e Consultoria e da Value Gestão de Negócios, Warley de Oliveira Dias.

PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS OU SOLICITAÇÃO DE APOIO/DOAÇÕES:

[INSCRIÇÕES](#)

PARA O ENVIO DE SUGESTÕES OU PARA SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES ADICIONAIS:
comunicação@climaesociedade.org

FIQUE POR DENTRO DE NOSSAS ATUALIZAÇÕES

Inscriva-se para receber o informativo mensal do iCS no site climaesociedade.org e mantenha-se atualizado sobre as últimas análises, publicações, eventos, ideias e iniciativas do Instituto e de seus parceiros.

Esta publicação é nosso sexto relatório anual e reflete um pouco da nossa história e trajetória ao longo dos últimos anos. Compartilhamos aqui muitas realizações e conquistas – a maioria obtida em parceria com nossos parceiros – que não seriam possíveis sem o auxílio e suporte de nossos financiadores.

As auditorias anuais de demonstrativos financeiros do iCS encontram-se publicadas na íntegra em:

WWW.CLIMAESOCIEDADE.ORG/DADOS-FINANCEIROS-E-LEGAIS

COORDENAÇÃO GERAL

Luiza de Mello e Souza e Marisa Bastos

COLABORADORES

Caio Borges (Direito e Clima)

Gabriel Lui (Uso da Terra)

Gustavo Pinheiro (Economia de Baixo Carbono)

Juliana Luiz (Relacionamento Institucional)

Kamyla Borges (Eficiência Energética)

Marcel Martin (Transporte)

Marina Marçal (Política Climática)

Martina Rillo Oterro (Planejamento, Avaliação e Aprendizagem)

Roberto Kishinami (Energia)

Silvia David (Gerenciamento de Doações)

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REDAÇÃO

Anima • Ana Pimentel e Silvia Marta Vieira

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Dk Design • Débora Klippel

CRÉDITOS

Créditos fotográficos: Jo Galvão/Shutterstock (capa); Nelson Antoine/ Shutterstock (p.7); BrunoKelly/fotospublicas.com, Amazônia Real (p.11); Roberto Stuckert Filho/Agência Brasil (p.12); JucaVarella/Agência Brasil (p.13); site Pixabay (p.14); Foto: Rodrigo Oliveira/Caixa Econômica Federal. (p.15); Toa55/iStock Imagens (p.16); Marizilda Cruppe/Agência Brasil, Amazônia Real (p.17); Roque de Sá/Agência Senado (p.18); Tomaz Silva/Agência Brasil (p.20); site Pixabay (p.26); Agência Brasil, Brasília 60 anos (pags.27 a 30); Rovena Rosa/Agência Brasil (p.31); Brastock/ Shutterstock (p.32, à esquerda); Arquivo ASCOM/SEMAS (p.33); Adam Schultz/USDept (p.34); Rodrigo Oliveira/Caixa Econômica Federal, BC/BSB (p.35); Marcello Casal Jr/Agência Brasil (p.36, à direita); Gabriel Rezende Faria/Embrapa, ILPF (p.37); Paris Le Bourget/WikimediaCommons, COP21/2015 (p.38/à esquerda); Ricardo Stuckert/fotospublicas.com (p.38/à direita); Rachel Biderman/WRI Brasil (p.41); Lovelyday12/ Shutterstock (p.45); Smshoot/ Shutterstock (p.50); JaneUk86/iStock Imagens (p.51); demais fotos são do acervo do iCS e de seus donatários. Além das fotos dos sites Agência Brasil, fotospublicas.com e Pixabay (listadas acima), algumas imagens foram extraídas da internet com licenças liberadas (CreativeCommons).



iCS ONLINE

Siga @climaesociedade para conhecer e participar de debates e troca de ideias no Facebook e Twitter, ou conecte-se através da página do iCS no LinkedIn. Visite:

